

RELATÓRIO DE GESTÃO

2024

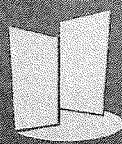


ÍNDICE

2	1 - Conselho de Administração
3	1.1 - Mensagem da Presidente do Conselho de Administração
5	2 - Divisão Administrativa e de Recursos Humanos
6	2.1 - Serviço de Gestão de Qualidade e Reclamações
8	2.1.1 - Reclamações/Sugestões
10	2.2 - Serviço de Gestão de Recursos Humanos
10	2.2.1 - Estrutura Organizativa
11	2.2.2 - Indicadores dos Recursos Humanos
15	2.2.3 - Despesas com Pessoal
16	2.2.4 - Formação Profissional
20	2.3 - Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho
20	2.3.1 - Segurança e Saúde no Trabalho
20	2.3.2 - Organização dos Serviços de Saúde no Trabalho
21	2.3.3 - Organização dos Serviços de Segurança no Trabalho
22	2.3.4 - Acompanhamento de Estágio Profissional
24	3 - Divisão Comercial, Financeira e Aprovisionamentos
24	3.1 - Serviço de Gestão Comercial e Atendimento
24	3.1.1 - Atendimento
24	3.1.1.1 - Ramais de Água e Saneamento
24	3.1.1.2 - Contratos e Cessações de Fornecimento de Água
25	3.1.1.3 - Contratos e Cessações por Tipo de Cliente
25	3.1.1.4 - Contratos Ativos por Tipo de Tarifa
25	3.1.2 - Gestão Comercial de Água
25	3.1.2.1 - Ordens de Serviço para Movimento de Contadores
26	3.1.2.2 - Contadores Instalados nas Freguesias por Tipo de Tarifa
27	3.1.2.3 - Contadores Instalados por Tarifa e Tipo de Calibre
27	3.1.2.4 - Contadores Instalados por Freguesia e Tipo de Calibre
28	3.1.2.5 - Contadores Instalados nos Últimos 3 Anos
28	3.1.2.6 - Leituras Reais Efetuadas por Roteiro
28	3.1.3 - Faturação
28	3.1.3.1 - Comparação dos Consumos de Água Faturados (Últimos 3 anos)
29	3.1.3.2 - Distribuição de Consumos Faturados por Tipo de Cliente
29	3.1.3.3 - Distribuição de Consumos Faturados por Tipo de Tarifa e Escalão
30	3.1.3.4 - Distribuição de Consumos Faturados por Freguesia e Tipo de Tarifa
30	3.1.3.5 - Gestão de Pedidos para Pagamento de Fornecimento de Água em Prestações
30	3.1.3.6 - Gestão de Cortes de Fornecimento de Água
31	3.2 - Serviço de Tesouraria
32	3.3 - Serviço de Contabilidade e Património
32	3.3.1 - Movimento de Documentos
32	3.3.2 - Execução Orçamental
33	3.3.2.1 - Evolução da Receita
33	3.3.2.1.1 - Receita Corrente
34	3.3.2.2 - Evolução da Despesa
34	3.3.2.2.1 - Despesa Corrente
34	3.3.2.2.2 - Despesa de Capital
39	3.3.3 - Análise Financeira
41	3.3.4 - Balanço e Contas

41	3.3.4.1 – Balanço
43	3.3.4.2 – Demonstração de Resultados por Natureza
44	3.3.5 – Contabilidade de Gestão
44	3.3.5.1 – Análise de Gastos por Funções
46	3.3.5.2 – Análise de Gastos por Centros de Responsabilidade
48	3.4 – Serviço de Aprovevisionamentos e Contratação Pública
48	3.4.1 – Atividades do Setor de Compras
48	3.4.1.1 – Adjudicações
49	4 – Divisão Técnica de Redes de Águas e Saneamentos
50	4.1 – Serviço de Projetos e Obras de Redes Públicas de Água, Saneamento e Gestão de Cadastro
50	4.1.1 – Âmbito da Atividade Desenvolvida – Ações Relevantes
51	4.1.1.1 – Drenagem de Águas Residuais e Pluviais
54	4.1.1.1.1 – Pareceres sobre Obras Particulares
54	4.1.1.1.2 – Preparação de Processos de Concurso para Contratação de Empreitadas e Serviços
54	4.1.1.2 – Abastecimento Público de Água
56	4.1.1.2.1 – Obras nas Infraestruturas e outros Investimentos
57	4.1.1.2.2 – Preparação de Processos de Concurso para Contratação de Empreitadas
57	4.1.1.2.3 – Pareceres sobre Obras Particulares
57	4.1.2 – Acompanhamento e Fiscalização Técnica das Obras
58	4.1.3 – Estudos e Elaboração de Projetos
58	4.2 – Serviço Técnico de Redes Prediais
58	4.2.1 – Licenciamento de Redes Prediais
58	4.3 – Serviço de Controlo de Qualidade da Água de Abastecimento Público e de Águas Residuais Urbanas
58	4.3.1 – Controlo e Qualidade da Água de Abastecimento Público
64	4.3.2 – Avaliação da Qualidade de Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento
68	4.3.3 – Títulos de Utilização de Recursos Hídricos
68	4.3.4 – Controlo da Qualidade de Águas Residuais
69	4.3.4.1 – Autorização de Descargas de Águas Residuais
69	4.3.4.2 – Sistemas de Águas Residuais Domésticas sem Rede Pública de Saneamento
69	4.3.4.3 – Gestão de Limpeza de Fossas
70	4.3.4.4 – Ocorrências na Rede Pública de Saneamento devido a Estabelecimentos Comerciais/Industriais de Limpeza de Fossas
70	4.4 – Serviço de Manutenção e Conservação das Redes de Água e de Drenagem de Águas Residuais Urbanas
70	4.4.1 – Exploração da Rede de Água
70	4.4.1.1 – Trabalhos Executados
71	4.4.1.2 – Intervenções na Rede de Abastecimento de Água
72	4.4.2 – Exploração da Rede de Saneamento
73	4.5 – Serviço de Estações de Captação e Eletromecânica
73	4.5.1 – Volume de Água Extraída
75	4.6 – Serviço de Gestão de Frota
75	4.6.1 – Constituição
76	Siglas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Montijo
SMAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Maria Clara Silva
Presidente



José Manuel Santos
1º Vogal



Marina Sofia Saraiva
2ª Vogal

VISÃO:

Tendo a noção que a humanidade tem uma responsabilidade especial no respeito e preservação do recurso água, nós nos SMAS do Município de Montijo temos como desafio de longo prazo um desenvolvimento que melhore as condições de vida dos Montijenses e ao mesmo tempo contribua para a gestão equilibrada do ciclo humano da água.

MISSÃO:

“Conceber, construir e gerir o sistema de captação, tratamento, armazenamento e distribuição de Água e escoamento de efluentes do Concelho de Montijo, garantindo ao Município o fornecimento das quantidades necessárias de um produto de qualidade através de processos de gestão eficientes e respeitadores dos valores sociais e ambientais mais elevados”.

1.1 MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) do Município de Montijo são a entidade gestora da água reconhecida como serviço público municipal de excelência no setor das águas, pela qualidade dos serviços prestados, desenvolvendo a sua atividade no respeito por elevados padrões de responsabilidade ambiental, financeira e social.

A missão dos SMAS do Município de Montijo é a de conceber, construir e gerir o sistema de captação, tratamento, armazenamento e distribuição de água e escoamento de águas residuais no concelho. As atividades dos serviços municipalizados são desenvolvidas com rigor e qualidade, num quadro de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos, beneficiando os consumidores de tarifas socialmente adequadas ao custo dos serviços prestados e de acordo com as recomendações da Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Os SMAS do Município de Montijo estão dotados de autonomia técnica, administrativa e financeira e são explorados sob forma empresarial, cabendo a sua gestão a um Conselho de Administração nomeado pela Câmara Municipal de Montijo, que garante a sustentabilidade, qualidade e qualificação dos serviços, no âmbito da manutenção das infraestruturas existentes, mas também, no âmbito do investimento em novas infraestruturas, resultante da necessidade de acompanhamento da evolução tecnológica, numa política de proximidade com os cidadãos.

Enquanto instrumento de prestação de contas da atividade dos SMAS, o presente relatório permite identificar, pormenorizadamente, as ações de todos os seus setores de atividade, com particular incidência num descritivo técnico e contabilístico, no que diz respeito à Conta de Gerência anterior.

No ano de 2024, a taxa de realização orçamental da receita foi de 106% e da despesa 92%. Contudo, o resultado líquido do exercício foi negativo, no montante de 678.508,67 euros.

O valor pago à SIMARSUL, Saneamento da Península de Setúbal, S.A., foi de 3.312.555,53 euros, representa 43% das despesas correntes dos SMAS, no exercício de 2024. A despesa de capital atingiu 474.564,31 euros, e alcançou um grau de realização de 95%, face ao inicialmente previsto.

No que se refere aos sistemas de saneamento, durante o exercício de 2024, foi importante continuar o investimento na preservação das infraestruturas existentes, na remodelação da rede em baixa e na separação entre os sistemas de drenagem de águas residuais, com a construção de redes separativas de coletores domésticos e pluviais. Destaca-se na melhoria do sistema de saneamento da cidade, o investimento feito na remodelação e reforço de drenagem na Avenida Rainha Santa Isabel, como parte integrante do **“Plano de Reabilitação, Beneficiação e Adaptação a Alterações Climáticas do Sistema de Saneamento da Cidade do Montijo”**, elaborado em colaboração com a Hidra e o Instituto Superior Técnico.

No que respeita ao abastecimento público de água, os SMAS do Município de Montijo, concluíram, em 2024, um conjunto de investimentos relevantes na manutenção, renovação e ampliação das infraestruturas de abastecimento público que gerem. Salientam-se as obras de reabilitação e modernização do Reservatório Elevado de Água do Montijo (R1), na Av. Jorge Peixinho, requalificação

da vedação e instalações de apoio do Polo de Abastecimento de água do Montijo(R1), Rua da Aldeia Velha e as obras de remodelação da rede de abastecimento de água na Rua da Baixa, em Montijo.

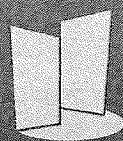
Em nome do Conselho de Administração, expressamos aqui uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores dos SMAS de Montijo, pelo seu empenho, competência e profissionalismo, determinantes para os resultados obtidos e expressos no presente relatório, contribuindo, de forma objetiva, para a qualidade do serviço público prestado, essencial às populações e ao território do Montijo.

Montijo, 26 de março de 2025

A Presidente do Conselho de Administração

Maria Clara de Oliveira da Silva

**DIVISÃO
ADMINISTRATIVA
E DE
RECURSOS HUMANOS**



Montijo
SMAS

2.1. SERVIÇO DE GESTÃO DE QUALIDADE E RECLAMAÇÕES

Os SMAS são uma entidade certificada desde outubro de 2001, data em que foi oficialmente implementado o SGQ, segundo o referencial normativo NP EN ISO 9001:2000, no âmbito da “Captação, Tratamento, Armazenamento, Distribuição de Água e Escoamento de Efluentes” ao Município de Montijo.

O Sistema de Gestão da Qualidade é enquadrado nos **Valores** da Organização:

- **Cumprimento rigoroso dos compromissos com Trabalhadores, Fornecedores e Clientes/Municípios, como afirmação de competência numa ótica empresarial;**
- **Respeito pelo meio ambiente, pela preservação dos recursos naturais e criação de condições de desenvolvimento sustentável no âmbito da Entidade;**
- **Prestação do Serviço de Apoio Permanente mais adequado aos propósitos dos Clientes/Municípios.**

Refletindo a **Visão**:

“Ser uma Organização de referência no setor da Água e um instrumento eficaz para o desenvolvimento do Concelho em que se insere”.

A **Missão** assumida pela Organização é a de:

“Conceber, construir e gerir o sistema de captação, tratamento, armazenamento e distribuição de Água e escoamento de efluentes do Concelho de Montijo, garantindo ao Município o fornecimento das quantidades necessárias de um produto de qualidade através de processos de gestão eficientes e respeitadores dos valores sociais e ambientais mais elevados”.

Em 2009, o SGQ evoluiu para o referencial normativo NP EN ISO 9001:2008, mantendo-se o referencial normativo da Certificação até 2016.

O Sistema de Gestão da Qualidade foi **Recertificado** em 2022 para o triénio **2022-2025** pela empresa de Certificação EIC, segundo o referencial normativo da NP EN ISO 9001:2015.

Em 09 de dezembro de 2024, a empresa de certificação EIC, emitiu o relatório referente à auditoria de 2.º acompanhamento, para o 8.º triénio **2022-2025**, registando-se:

- 0 Não conformidades;
- 3 Pontos fortes, nomeadamente:
 - Selo da qualidade exemplar da água para consumo humano – Edição 2023;
 - Arrumação e limpeza do armazém;
 - Adequação do SGQ às atuais práticas dos Serviços.

O relatório concluiu ainda que, o SGQ implementado demonstra, na globalidade, os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015, e detém um consistente grau de implementação, para além de estar estruturado e consolidado de acordo com as respetivas práticas e evidências avaliadas. Tem consistência metodológica suficiente para garantir a prestação de produtos e serviços, de acordo com os requisitos regulamentares, estatutários e legais aplicáveis às atividades da Organização.

Esta certificação segundo a norma NP EN ISO 9001:2015, uma referência internacional para a certificação de sistemas de gestão de qualidade, é elucidativa da preocupação permanente dos SMAS Montijo e dos seus trabalhadores em prestarem um bom serviço aos seus Clientes/Municípios como forma de assegurar a melhoria contínua dos serviços prestados e a satisfação dos seus Clientes/Municípios.

A certificação ISO 9001:2015 traz diversos benefícios para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

Entre outros destacam-se:

Melhoria da Qualidade e Consistência: A ISO 9001:2015 ajuda a padronizar os processos e a melhorar a qualidade dos produtos e serviços, garantindo que os resultados sejam mais consistentes.

Aumento da Satisfação do Cliente: A implementação dos requisitos da ISO 9001 permite uma maior atenção às necessidades e expectativas dos municípios/clientes, o que resulta, em geral, numa maior satisfação.

Melhoria de Processos Internos: A certificação exige uma avaliação contínua dos processos internos, o que leva à identificação de oportunidades para melhorias contínuas, redução de desperdícios (como caso da água) e consequentemente o aumento da eficiência operacional.

Maior Credibilidade: A certificação é um indicativo de que os SMAS estão comprometidos com a qualidade, o que fortalece uma maior reputação, aumentando assim a confiança dos municípios/clientes.

O resultado da Auditoria de 2.º acompanhamento, do nosso Sistema de Gestão da Qualidade, segundo o referencial normativo da NP EN ISO 9001:2015, foi positivo, mostrando assim, um Sistema de Qualidade sólido.

A obtenção da certificação distingue os SMAS de Montijo em relação a outras entidades, mostrando que adotamos as melhores práticas e estamos comprometidos com a excelência.

A Política da Qualidade

Os SMAS de Montijo, conscientes das suas responsabilidades, estão empenhados em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de Água para consumo humano, de elevado nível de segurança alimentar, de um modo ambientalmente sustentável, num ambiente de trabalho seguro e saudável para os seus trabalhadores, num clima de bem-estar e confiança entre Clientes/Municípios, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

É propósito da **Organização**:

- Avaliar e promover continuamente a satisfação dos seus clientes e as expectativas dos seus munícipes;
- Avaliar e controlar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da Entidade;
- Envolver e promover a participação de todos os trabalhadores de modo a garantir o seu compromisso com o SGQ;
- Promover a cooperação e a comunicação com todas as partes interessadas.

Assim, os SMAS de Montijo, comprometem-se a implementar e promover a melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com o referencial NP EN ISO 9001:2015, com os seus estatutos e Regulamento Interno, cumprindo com a legislação aplicável e demais exigências que a organização determine.

A **Organização** compromete-se a:

- Cumprir a legislação e regulamentos aplicáveis à sua atividade;
- Promover a realização de ações de formação e sensibilização adequadas a todos os trabalhadores da empresa, assegurando que se mantenham não só profissionalmente preparados, como conscientes das suas responsabilidades individuais e coletivas nos Serviços;
- Monitorizar e rever anualmente o SGQ e a adequabilidade da Política que o suporta, de forma a melhorar continuamente a sua eficácia e a satisfação dos Clientes/Munícipes, trabalhadores e comunidade envolvente;
- Planear a atribuição de meios e providenciar os recursos necessários para atingir os objetivos fixados para a qualidade;
- Divulgar a sua atividade junto dos grupos sociais interessados, entidades e público em geral.

2.1.1. Reclamações / Sugestões

A resolução das Reclamações/Sugestões recebidas, é uma das principais preocupações dos Serviços, uma vez que, permite avaliar o serviço prestado e implementar medidas de melhoria, bem como, resolver os problemas expostos pelos Munícipes.

A gestão das reclamações, assume assim, um papel importante no desenvolvimento da Organização e na sua preocupação constante em dar respostas, rápidas e eficazes, aos problemas dos Clientes/Municípios.

RECLAMAÇÕES RECEBIDAS

Em 2024, foram rececionadas 66 reclamações pelos nossos Serviços, das quais 16 foram registadas no Livro de Reclamações Físico, disponível no Serviço de Gestão Comercial e Atendimento, e 9 registadas no Livro de Reclamações Eletrónico.

As reclamações são sujeitas a uma análise minuciosa, onde são detetadas as falhas espelhadas na reclamação, sendo implementadas ações corretivas onde o objetivo principal é uma melhoria contínua na eficácia dos serviços prestados aos Clientes/Municípios.

	2020	2021	2022	2023	2024
Reclamações	181	111	124	69	66

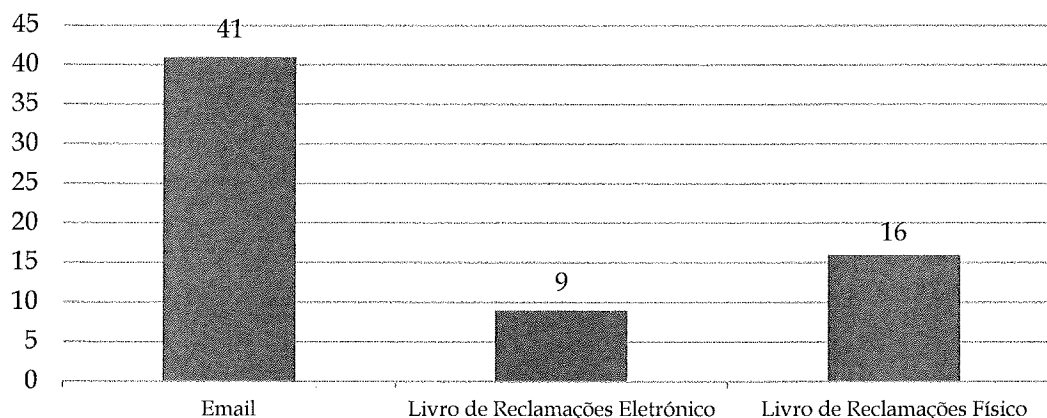
Classificação das Reclamações (dados aferidos de acordo com os indicadores do ERSAR)	2023		2024	
	Recebidas	Respondidas	Recebidas	Respondidas
Atendimento	5	5	2	2
Contratação	2	2	1	1
Faturação e Leituras	14	14	27	27
Ligação e disponibilidade	24	24	7	6**
Qualidade da Água	6	6	8	6**
Qualidade do Serviço	17	16*	20	18**
Tarifário	1	1	1	1

* A 31.12.2023, encontrava-se uma reclamação por responder, que estava dentro do prazo de resposta legal.

** A 31.12.2024, encontravam-se cinco reclamações por responder, que estavam dentro do prazo de resposta legal.

Todas as reclamações obtiveram resposta por escrito, dentro dos prazos estabelecidos na lei, independentemente do meio de comunicação.

MEIO DE COMUNICAÇÃO DAS RECLAMAÇÕES*



* Aferidas de acordo com os indicadores do ERSAR

Para além do livro de reclamações (livro físico) exigido pela legislação aplicável, os SMAS garantem a existência de mecanismos apropriados para a apresentação de reclamações, relativamente às condições da prestação do serviço, que não implicam a deslocação dos Clientes/Munícipes às instalações da entidade gestora (livro eletrónico, email, CTT).

2.2. SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2.2.1. Estrutura Organizativa

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Montijo são um serviço público, de interesse local, dotados de autonomia administrativa e financeira, ainda que sem personalidade jurídica, que visam a satisfação das necessidades coletivas da população Montijense, no âmbito da prestação de serviços de água e saneamento, no respeito por elevados padrões de responsabilidade ambiental, financeira e social.

Os SMAS integram a administração municipal, enquanto organização autónoma sob gestão empresarial, de acordo com o estabelecido no artigo 9.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Compete ao Conselho de Administração, composto por um presidente e dois vogais nomeados pela Câmara Municipal, deliberar sobre a gestão e direção dos recursos humanos, sem prejuízo da figura da delegação de competências no seu presidente, através das propostas que lhe são submetidas pela Divisão Administrativa e de Recursos Humanos.

Com a aprovação da nova estrutura orgânica dos SMAS, pela Assembleia Municipal, em 22 de julho de 2024, sob proposta da Câmara Municipal, e a entrada em vigor no respetivo Regulamento Orgânico, publicado no Diário da República, II Série, n.º 168, de 30 de agosto de 2024, foi mantida nos SMAS uma estrutura hierarquizada, por melhor se coadunar com a prática administrativa vigente e com os objetivos implementados pelo órgão de gestão.

Neste âmbito, foi criada uma estrutura orgânica nuclear ou unidade orgânica nuclear de caráter permanente, dirigida por um Diretor Delegado, com funções de coordenação e de gestão das atividades

e uma estrutura orgânica flexível, ou unidades orgânicas de carácter flexível, consistindo em três Divisões com competências de âmbito instrumental e operativo e respetivas subunidades orgânicas, designadas por Serviços, que agregam atividades de natureza executiva de aplicação de métodos e processos definidos pelas Divisões de que dependem.

Nos termos previstos no artigo 5.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, o cargo de Diretor Delegado, integrador da estrutura orgânica nuclear, foi estabelecido com equivalência a cargo de direção intermédia de 1.º grau, sendo as competências funcionais das três Divisões previstas: Divisão Administrativa e de Recursos Humanos (DARH), Divisão Comercial, Financeira e Aprovisionamentos (DCFA) e Divisão Técnica das Redes de Águas e Saneamento (DTRAS), exercidas por titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau ou Chefe de Divisão. Já as competências dos Serviços integradores das respetivas Divisões, poderão ser exercidas por coordenadores.

À presente data, os SMAS mantêm o cargo de Diretor Delegado vago, tendo ocupado os cargos de Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e Chefe da Divisão Comercial, Financeira e Aprovisionamentos, por nomeação, em regime de substituição, atenta a necessidade de consolidação da estrutura orgânica e prossecução das atribuições previstas para as respetivas Divisões. Não tendo sido possível concretizar a mesma opção para a Divisão Técnicas das Redes de Águas e Saneamento, foi aberto procedimento concursal para a ocupação deste cargo, o qual se encontra pendente.

Enquanto organização empresarial, com autonomia administrativa e financeira, este modelo orgânico privilegia a colaboração entre as várias unidades orgânicas de carácter flexível que o constituem, visando a eficiência e eficácia dos serviços na prossecução das suas atribuições de interesse público, em proximidade com as populações.

2.2.2. Indicadores dos Recursos Humanos

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento preveem no seu mapa de pessoal o cargo de direção intermédio de 2.º Grau - Chefe de Divisão, as três carreiras/categorias gerais da Administração Pública, Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional e ainda, a carreira especial de Técnico de Sistemas e Tecnologias de informação e de Coordenador Técnico de Sistemas de Informação.

No âmbito da política de gestão de Recursos Humanos estabelecida para os SMAS e na definição do mapa de pessoal para o ano de 2024, foram ocupados, por nomeação e em regime de substituição, dois cargos de dirigente intermédio de 2.º Grau - Chefe de Divisão, respetivamente, afetos à Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e à Divisão Comercial, Financeira e Aprovisionamentos.

Na carreira e categoria de Técnico Superior, foi ocupado um posto de trabalho afeto ao Serviço de Apoio Jurídico e Contencioso, com o regresso da trabalhadora que se encontrava a exercer funções como Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montijo.

Na carreira e categoria de Assistente Técnico, foram ocupados cinco postos de trabalho, (três através do regime da mobilidade), para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, afetos, respetivamente, aos Serviço de Gestão de Recursos Humanos (um), Serviço de Gestão Comercial e Atendimento (um), Serviço de Manutenção e Conservação das Redes de Água e de Drenagem de Águas Residuais (um), Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública (um), de Gestão de Fossas Sépticas (um).

Na carreira e categoria de Assistente Operacional foram ocupados catorze postos de trabalho, um por mobilidade e treze através de procedimento concursal comum de recrutamento, dez afetos ao Serviço de Manutenção e Conservação das redes de Água e de Drenagem de Águas Residuais Urbanas, três

afetos ao Serviço de Gestão Comercial e Atendimento, e um afeto ao Serviço de Secretariado de Apoio e Expediente.

Ainda na carreira de Assistente Operacional, foram criados mais dois postos de trabalho de Encarregado Operacional, atento ao aumento do número de Assistentes Operacionais admitidos e consequentemente, criado um posto de trabalho de Encarregado Geral Operacional.

Na prossecução da mesma política de gestão de Recursos Humanos, foram consolidadas duas situações de mobilidade na carreira e categoria de assistente técnico, no Serviço de Gestão Comercial e Atendimento e no Serviço de Manutenção e Conservação das Redes de Água e de Drenagem de Águas Residuais Urbanas.

Foi cessada a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com quatro trabalhadores, três pelo motivo de aposentação, e um por falecimento.

Foi, ainda, cessada, a relação jurídica de emprego público por contrato de trabalho em funções públicas a termo certo celebrado com um trabalhador que veio, posteriormente, a ser admitido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Os membros do Conselho de Administração dos SMAS, concretamente, a sua Presidente e os dois Vogais, exercem as suas funções em regime de nomeação, pela Câmara Municipal de Montijo, nos termos da alínea pp) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

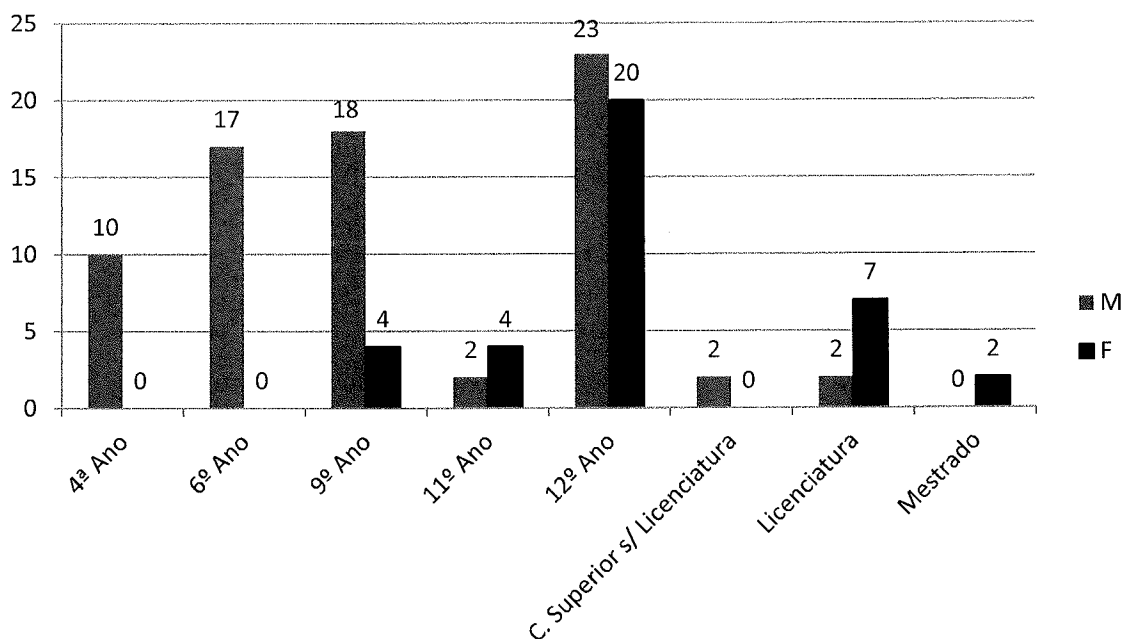
	Sexo	Órgão de Gestão (CA)
Nomeação	M	1
	F	2
	TOTAL	3

No final no ano de 2024, encontravam-se em exercício efetivo de funções, 111 (cento e onze) trabalhadores, dos quais, 109 (cento e nove) com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nas várias carreiras gerais e especiais, e duas trabalhadoras em exercício de cargos de direção intermédia de 2.º Grau - Chefe de Divisão, por nomeação, em regime de substituição.

GRUPOS PROFISSIONAIS E NATUREZA DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO

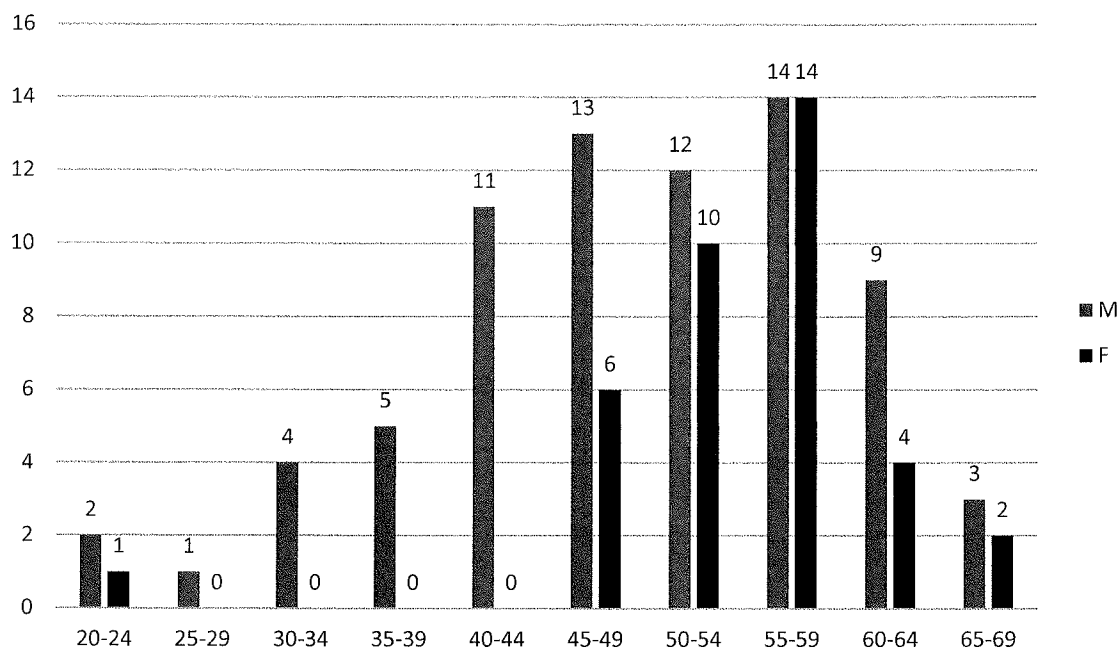
Relação Jurídica	Sexo	Chefe de Divisão	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	TOTAL
Nomeação em Regime de Substituição	F	2					2
Contrato Trabalho por Tempo Indeterminado	M		3	13	57	1	74
	F		7	27	1		35
TOTAL		2	10	40	58	1	111

DISTRIBUIÇÃO DO N° DE TRABALHADORES SEGUNDO AS HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E SEXO

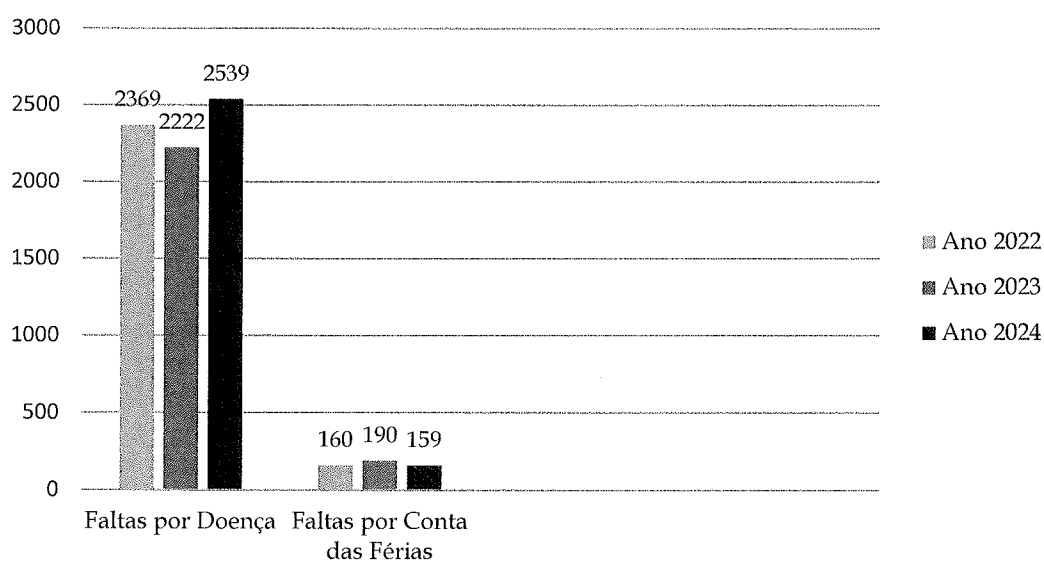


A escolaridade mais baixa é registada na carreira e categoria de Assistente Operacional, que exerce funções no Serviço de Manutenção das Redes de Água e Saneamento e que reforça os escalões etários mais elevados, indicados no gráfico seguinte.

DISTRIBUIÇÃO DO N.º DE TRABALHADORES SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO E SEXO



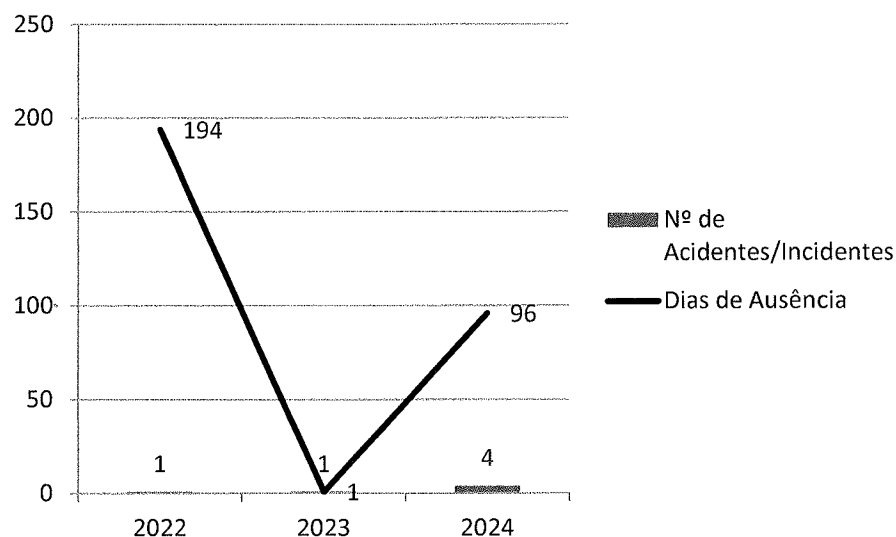
ABSENTISMO



Os dois tipos de faltas registados são os mais significativos nos SMAS, sendo que, os demais não têm expressão por serem meramente pontuais.

O gráfico apresentado permite concluir que, no último ano, se registou uma subida no número de faltas por motivo de doença, considerando as situações de doença prolongada.

ACIDENTES E/OU INCIDENTES EM SERVIÇO



No gráfico comparativo dos acidentes/incidentes em serviço ocorridos nos últimos três anos, relacionando o número de dias de ausência com o número de acidentes/incidentes, conclui-se que houve um aumento do número de acidentes/incidentes em serviço, contudo, um decréscimo significativo nos inerentes dias de ausência.

2.2.3. Despesas com Pessoal

Em 2024, os encargos com o pessoal em relação ao ano de 2023, demonstram uma subida no valor de € 158.670,27 (cento e cinquenta e oito mil, seiscientos e setenta euros e vinte e sete cêntimos), resultante da ocupação de novos postos de trabalho, valorizações remuneratórias, atualização da remuneração mínima e consequente aumento de suplementos remuneratórios.

DESPESAS EM 2023 E 2024

RUBRICAS	VALORES PAGOS	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS DESPESAS	VALORES PAGOS	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS DESPESAS	VARIAÇÃO Δ%
	2023		2024		
Remunerações Base (Vencimentos e Subsídios)	1.421.273,84	19,96	1.518.981,96	19,68	6,87
Horas Extraordinárias e Outros Abonos	193.918,53	2,72	226.048,94	2,93	16,56
Abono p/ Falhas	3.635,20	0,05	3.492,68	0,04	-3,93
Ajudas de Custo	5.901,29	0,09	8.295,15	0,10	40,56
Subsídio de Refeição	140.467,60	1,97	146.316,00	1,89	4,16

Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	6.936,19	0,10	5.554,46	0,07	-19,93
Outras Prestações Familiares	-	-	1.527,78	0,01	0,00
Subsídio de Representação	-	-	1.122,55	0,01	0,00
Despesas c/ Saúde	88.845,42	1,25	18.553,97	0,24	-79,12
Pensões	7.556,28	0,11	4.541,40	0,05	-39,90
Subsídio de Turno	91.108,52	1,28	104.491,90	1,35	14,68
Encargos sobre Remunerações	417.165,05	5,86	468.891,75	6,07	12,39
Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais	79,49	0,00	241,02	0,00	204,34
Remunerações p/ Doença, Maternidade e Paternidade	54.614,12	0,77	82.111,34	1,06	50,34
TOTAL	2.431.501,53	34,16	2.590.171,80	33,57	6,52

2.2.4. Formação Profissional

A política de gestão dos SMAS, prosseguida pelo Conselho de Administração e sua Presidente, manteve o investimento na formação profissional dos seus trabalhadores, no âmbito da melhoria contínua na prossecução das atribuições dos Serviços e no respeito por elevados padrões de responsabilidade ambiental, financeira e social, perante a necessidade de adaptação às constantes alterações legislativas. A valorização de um crescimento/profissional e pessoal dos trabalhadores, reflete-se, necessariamente, na otimização do funcionamento dos Serviços e na sua modernização.

AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ações	N.º Horas	Objetivo da Ação	N.º Formandos	Empresa Formadora/Formador
1 - Seminário RH - Remunerações Função Pública 2024	4h	Necessidade de implementar novos procedimentos no que respeita às remunerações para o ano de 2024.	2	Formação online
2 - Como preparar os documentos de relato em SNC - AP	12h	Conhecer as principais características do SNC - AP, perceber a articulação entre os subsistemas contabilísticos de contabilidade orçamental e financeira, identificar os seus principais aspetos críticos.	2	Formação online
3 - Impacto da Lei do Orçamento de Estado de 2024 na esfera financeira dos municípios e o RFALEI	4h	Aplicar os normativos legais decorrentes da LOE/2024, com impacto na esfera financeira dos Municípios, perceber as regras orçamentais consagradas no	2	Formação online

4 - Ciclo CCP - formação avançada em Contratação Pública	28h	RFALEI e articula-las com as previstas no POCAL. Atualizar e aprofundar os conhecimentos no âmbito do Código dos Contratos Públicos, permitindo que haja especialização nas diversas temáticas relacionadas com o processo de formação e com a execução do contrato.	1	Formação Online
5 - Reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do RJUE	14h	Com a entrada em vigor do D.L. n.º10/2024, de 8 de janeiro, importa conformar os procedimentos instituídos nos SMAS ao nível do licenciamento das redes Prediais de água e saneamento e exigência de documentos a solicitar em sede de formalização de contratos e/ou orçamentos, com reflexo nos regulamentos em vigor nos SMAS.	7	Presencial
6 - Procedimento Concursal na Administração Pública	6h	Obter conhecimentos sobre a tramitação do procedimento concursal de recrutamento na Administração Pública e o seu enquadramento com o Código do Procedimento Administrativo e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Enquadramento legal, princípios gerais, tipos de procedimentos de recrutamento concursais.	1	Formação Online
7 - SIADAP nas Autarquias Locais - Avaliação e Gestão do Desempenho	7h	Estudo dos conceitos, processo, níveis e domínios da gestão e Avaliação do Desempenho. Regras, órgãos e funcionamento do SIADAP nas Autarquias Locais.	1	Formação online
8 - Inteligência Emocional	25h	Reconhecer o assistente enquanto elemento impulsionador da atividade de relacionamento com os utentes/utilizadores. Criar uma experiência positiva no utente/utilizador. Identificar o ciclo experiencial do utente/utilizador.	4	Presencial
9 - Gestão de Conflitos	25h	Gerir Conflitos.	4	Presencial
10 - Reporte de Contas	2h	Esclarecimento de dúvidas das entidades gestoras relacionadas com o RC2023	2	Formação online
11 - Aplicação Informática de Gestão Documental - MyDoc	3h	Funcionalidades do MGD, registo de documentos e respetivo encaminhamento, até ao destino final. Organizar	46	Posto de Trabalho

12 - Workshop sobre as estratégias territoriais para combater a escassez da água.	4h	documentação de forma personalizada, com recurso a etiquetas e documentos favoritos, permitindo o acesso eficiente à documentação. Aumentar a capacidade estratégica e operacional dos atores envolvidos na gestão da água no território SUDOE, avaliar diferentes aspetos.	3	Presencial
13 - Seminário Digital RH - Novidades SGP 1º semestre	3h	Esclarecimento de dúvidas dos conteúdos legislativos no âmbito do SGP.	2	Formação online
14 - Fracionamento da Despesa e a verificação do cumprimento do artigo 22.º do CCP	2h	Análise das principais questões a ter em conta no momento da decisão de contratar relativamente ao valor do contrato e eventual fracionamento, designadamente o seu controlo e planeamento; Aprofundar a análise do regime do artigo 22.º do CCP.	2	Formação Online
15 - EXCEL Aplicado à Gestão de Recursos Humanos	17h	Identificar as principais ferramentas do Excel com aplicabilidade nos Recursos Humanos.	1	Formação Online
16 - Mobilidade e Cedência de Interesse Público – Tramitação prática de Processos de Mobilidade e Cedência de Interesse Público	7h	Conhecer e analisar as formas de mobilidade ao dispor na LTFP, desenvolver através de casos práticos, os processos inerentes aos diferentes tipos de mobilidade, analisar a figura da cedência de interesse público e questões legais inerentes à mesma.	2	Formação Online
17 - Sustentabilidade e Segurança hídrica	4h	Aprofundar e atualizar conhecimentos sobre sustentabilidade e segurança hídrica.	5	Presencial
18 - Gestão de Stress Profissional	25h	Identificar o conceito de stress, causas e consequências negativas do mesmo. Identificar as técnicas preventivas, de controlo e gestão de stress profissional. Caracterizar o conceito de emoção.	4	Presencial
19 - Formação em Início de Funções – Posto de Trabalho	154h	Integrar, orientar e acompanhar o trabalhador durante o período de adaptação, bem como dotar de conhecimentos específicos e técnicos, essenciais ao desempenho das funções que lhe estão atribuídas.	8	Posto de trabalho

20 - Demonstrações Orçamentais Previsionais e de relato no âmbito da NCP 26 - 2.ª Edição	8h	Conhecer as principais características do sistema contabilístico consagrado no DL n. 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP, em especial, o conteúdo da NCP 26 - Contabilidade e relato Orçamental, princípios e regras orçamentais.	1	Formação Online
21 - Formação em Início de Funções - Posto de Trabalho	154 h	Integrar, orientar e acompanhar o trabalhador durante o período de adaptação, bem como dotar de conhecimentos específicos e técnicos, essenciais ao desempenho das funções que lhe estão atribuídas.	2	Posto de trabalho
22 - Formação em Início de Funções - Posto de Trabalho	154 h	Integrar, orientar e acompanhar o trabalhador durante o período de adaptação, bem como dotar de conhecimentos específicos e técnicos, essenciais ao desempenho das funções que lhe estão atribuídas.	2	Posto de trabalho
23 - O Novo SIADAP	14h	Conhecer as alterações legislativas em matérias de SIADAP, implementação dos novos prazos e metodologias de trabalho.	2	Presencial
24 - Formação em Início de Funções - Posto de Trabalho	154h	Integrar, orientar e acompanhar o trabalhador durante o período de adaptação, bem como dotar de conhecimentos específicos e técnicos, essenciais ao desempenho das funções que lhe estão atribuídas.	1	Posto de trabalho
25 - Modelos de Reporte Orçamental e Financeiro e Contabilidade de Gestão para Municípios	14h	Capacitar os participantes para implementar e otimizar modelos de reporte orçamental e financeiro em conformidade com os requisitos legais e promover uma gestão financeira eficiente nos municípios.	1	Formação Online
26 - As alterações ao código do Procedimento Administrativo	8h	Conhecer o conceito de protocolo. Introdução ao Procedimento Administrativo. Os Órgãos colegiais na Administração Pública, em especial nas Autarquias. A Competência - Conceito.	1	Formação Online
27 - SIADAP - Nova Atualização para 2025	8h	Dotar os formandos com ferramentas sobre as novas regras do SIADAP I, II e III.	2	Formação Online
28 - Contabilidade - Transição de Ano e Transferência Orçamental	7h	Abordagem de temáticas como a transição de ano, transferência orçamental, apuramento de	2	Formação Online

		resultados, encerramento orçamental e trancagem de exercício/encosto de saldos.	
--	--	---	--

RESUMO: 28 ações de formação, a que correspondem 867 horas de formação, num universo de 113 (cento e treze) formandos.

2.3. SERVIÇO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

2.3.1. Segurança e Saúde no Trabalho

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Montijo, mantiveram, em 2024, a parceria com a Gliese Work Solutions Lda., dando continuidade ao trabalho desenvolvido em prol da criação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos/as trabalhadores/as, em contexto de trabalho, cumprindo, assim, com a legislação que regulamenta o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e da saúde no trabalho.

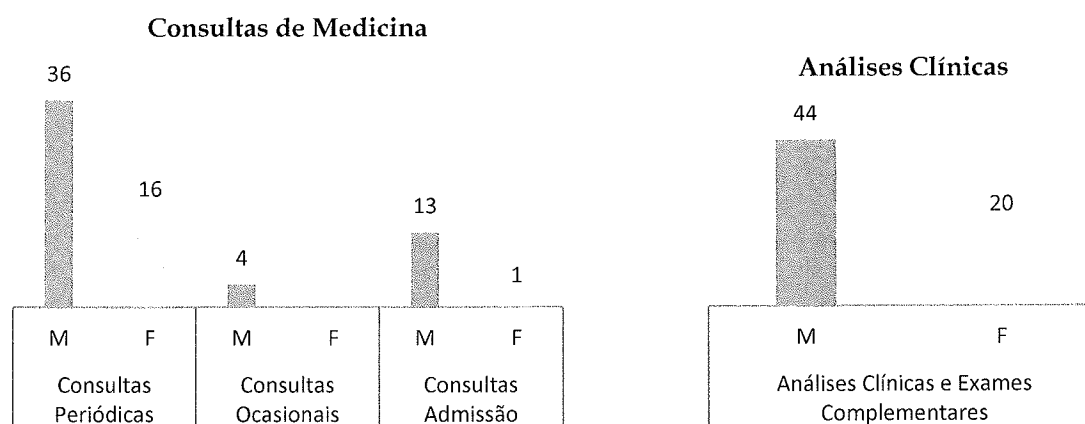
O planeamento e respetiva execução das atividades de segurança e saúde no trabalho, permitem assegurar aos trabalhadores as condições necessárias à prevenção e promoção da saúde, em todos os aspetos relacionados com o exercício das funções laborais. Neste sentido, são promovidas as condições de trabalho que garantam o mais elevado grau de qualidade, prevenindo a doença e os acidentes, protegendo os/as trabalhadores/as, contra os riscos para a segurança e saúde, promovendo o seu bem-estar físico, mental e social e fomentando postos de trabalho compatíveis com as suas aptidões psicológicas e fisiológicas.

Tendo como foco a obtenção de diagnósticos precoces, que permitam atingir os objetivos descritos, foram realizadas, periodicamente, na área da saúde no trabalho, análises, exames complementares e consultas de medicina, e na área da segurança no trabalho, foram executadas auditorias e avaliações.

2.3.2. Organização dos Serviços de Saúde no Trabalho

Serviços de Saúde – Consultas de Medicina					
Consultas Periódicas		Consultas Ocasionais		Consultas Admissão	
M	F	M	F	M	F
36	16	4	0	13	1
52		4		14	
70					

Serviços de Saúde – Análises Clínicas e Exames Complementares de Diagnóstico (Eletrocardiograma, Oximetria, Pressão Arterial)	
M	F
44	20
64	

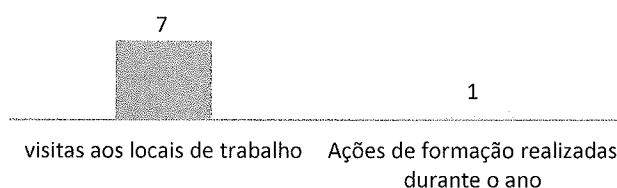


2.3.3. Organização dos Serviços de Segurança no Trabalho

Serviços de Segurança	Descrição	Objetivos	Unidade Orgânica
1- Plano e Programa de Prevenção de Riscos Profissionais	Verificação da utilização de EPI's.	Elaboração de um plano e programa de prevenção de riscos, sendo as medidas preventivas/ corretivas propostas, calendarizadas conforme a sua urgência/ exequibilidade, em colaboração, com os responsáveis, chefias intermédias e trabalhadores.	DTRAS/ SECE (acompanhamento procedimento aplicação dos produtos químicos) DTRAS/ SMCRADARU (acompanhamento da intervenção a uma conduta de ramal)
2- Ações de Informação/sensibilização de SST	Formação e-learning, com vista a potenciar atitudes pró-ativas de segurança, e de interação com as equipas de trabalho, que permitam fomentar uma cultura de prevenção melhorando a qualidade do trabalho e diminuindo a sinistralidade.	Dotar os participantes de conhecimentos básicos de conceitos de segurança e saúde no trabalho. Entender o conceito de ergonomia e a sua aplicação. Conhecer os riscos associados à movimentação manual de cargas. Entender a importância da segurança de máquinas e equipamentos de trabalho.	DARH, DCFA e DTRAS (Ergonomia: alertar para as lesões músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho)
3- Reavaliação de Ambiente Térmico	Medição do stress térmico WBGT.	Permite, indicar as medidas corretivas a implementar para que se possa atingir o "equilíbrio térmico".	DCFA/ SGCA (Armazém)
4- Reavaliação dos níveis de iluminância- Implementação de medidas de melhoramento	Medições da iluminância de acordo com a EN 12464-1 :2002. Instalação de iluminação LED, colocação de armaduras salientes, iluminação LED projetada (armazém), reposicionamento de iluminação.	Permite definir ações objetivas, selecionar equipamentos de iluminação adequados aos postos de trabalho de forma a obter um melhor aproveitamento da luminosidade natural e artificial.	DCFA/ SGCA (Armazém) e DTRAS/ SECE

5- Preenchimento do Anexo D do RU	Modelo de relatório anual da atividade dos serviços de segurança e saúde no trabalho. O preenchimento deste modelo é elaborado de acordo com as informações obtidas através dos exames médicos, das vistorias de segurança aos locais de trabalho e das informações fornecidas pelos SMAS.	Prestação anual de informação sobre a atividade social dos SMAS, nos termos da Portaria n.º 55/2010 de 21 de janeiro.	DARH/ SSST
-----------------------------------	--	---	------------

Serviços de Segurança

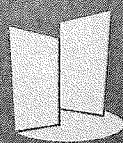


2.3.4. Acompanhamento de Estágio Profissional

No âmbito da política de gestão implementada nos SMAS, que privilegia a iniciativa e a colaboração entre Instituições, procedeu-se ao acompanhamento de um estágio profissional, que permitiu ao estagiário, do Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Tecnologia, a elaboração de dissertação de mestrado subordinado ao tema “Segurança e Saúde no Trabalho na Operação e Manutenção de Redes de Abastecimento de Água e Drenagem – SMAS Montijo”.

O trabalho de pesquisa foi realizado nos SMAS, tendo o estagiário acompanhado as visitas realizadas pelo técnico da Gliese Work Solutions Lda., aos locais sujeitos a análise/avaliação, no âmbito da promoção e adoção das medidas de prevenção de situações de risco para a saúde e segurança no trabalho.

DIVISÃO COMERCIAL, FINANCEIRA E APROVISIONAMENTOS



Montijo
SMAS

3.1. SERVIÇO DE GESTÃO COMERCIAL E ATENDIMENTO

3.1.1. Atendimento

Durante o ano de 2024, continuaram estes Serviços a receber diariamente uma constante afluência de Clientes/Municípios, num total 10.013, dos quais 9.404 referentes ao Atendimento Geral e 609 ao Atendimento Geral-Prioritário.

A maioria dos atendimentos foram relativos à celebração e cessação de contratos, adesão ao débito direto, adesão à fatura eletrônica, celebração de acordo de pagamentos em prestações e esclarecimentos de faturação.

A manutenção da qualidade do serviço prestado continua a ser prioridade e um verdadeiro desafio, não só porque a melhoria da satisfação dos Clientes/Municípios, implica uma constante adaptação a uma nova realidade municipal, onde a afluência dos Clientes/Municípios de nacionalidade estrangeira é cada vez mais frequente, e implica um maior envolvimento recursos humanos diferenciados, mas também porque procuramos melhorar os nossos padrões de desempenho.

Todos os Serviços prestados, continuam a ser disponibilizados on-line, por via email, Balcão Digital e APP, promovendo uma maior aproximação dos Clientes/Municípios.

3.1.1.1. Ramais de Água e Saneamento

RAMAIS	2023			2024		
	PEDIDOS	APROVADOS	PAGOS	PEDIDOS	APROVADOS	PAGOS
Água	124	69	0	146	137	0
Saneamento	105	18	0	101	96	0

3.1.1.2. Contratos e Cessações de Fornecimento de Água

PEDIDOS	2022	2023	2024
Contratos	2.761	2.155	2.386
Cessações	2.296	2.055	2.251

3.1.1.3. Contratos e Cessações por Tipo de Cliente

TIPO DE CLIENTE	CONTRATOS			CESSAÇÕES		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Estado	0	0	0	0	5	0
Autarquia	4	13	9	4	0	3
Instituições	5	3	5	2	6	2
Comércio/Indústria/Obras	403	372	346	324	332	319
Doméstico	2.287	1.726	1.975	1.932	1.708	1.896
Condomínios	38	26	30	7	2	5
Garagem	24	11	21	27	2	26
Gratuitos	-	4	0	-	-	0
TOTAL	2.761	2.155	2.386	2.296	2.055	2.251

3.1.1.4. Contratos Ativos por Tipo de Tarifa

	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO/AFONSOEIRO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATALAIA A. EST./ARDIA	FREGUESIA DE CANHA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PEGOES	FREGUESIA DE SARILHOS GRANDES	POCEIRÃO	TOTAL
Doméstico	20.137	1.905	389	1.093	1.190	5	24.719
Não Doméstico	2.894	246	54	172	163	0	3.529
Gratuito	149	23	7	8	8	0	195
TOTAL	23.180	2.174	450	1.273	1.361	5	28.443

3.1.2. Gestão Comercial de Água

3.1.2.1. Ordens de Serviço para Movimento de Contadores

Diariamente, após o encerramento do atendimento ao público, são editadas ordens de serviço de acordo com o solicitado pelos Clientes/Municípios e com a gestão do próprio serviço, cujas quantidades se demonstram no mapa seguinte:

TIPOS DE ORDENS DE SERVIÇO	RESOLVIDAS 2022	RESOLVIDAS 2023	RESOLVIDAS 2024
Colocar/Ligar	1164	840	857
Retirar /Desligar	279	163	172

Substituição - Parados	470	479	486
Substituição - Falta de Pressão	31	48	40
Substituição - Aferição	5	2	4
Verificações Técnicas a Locais/Contadores	498	371	347
Reparações/Subs. – Torneira de Segurança	255	245	222
Substituições Diversas - Contadores	544	260	370
Leitura de Contadores sem acesso	331	502	677
Confirmação de Leitura de Contador	502	385	433
TOTAL	4.079	3.295	3.608

Durante o ano de 2024, manteve-se o procedimento já implementado relativamente às situações em que os contadores se encontram inacessíveis aos Serviços, sendo possível, obter 677 leituras reais de contadores sem acesso.

3.1.2.2. Contadores Instalados nas Freguesias por Tipo de Tarifa

	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO/AFONSOEIRO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATALAIA A EST/JARDIA	FREGUESIA DE CANHA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PEGÕES	FREGUESIA DE SARILHOS GRANDES	POCEIRÃO	TOTAL
Doméstico	19.883	1.886	387	1.081	1.178	5	24.420
Social I	146	12	0	10	9	0	177
Familiar	31	2	0	0	1	0	34
Tarifa Social	77	5	2	2	2	0	88
Condomínios	834	22	0	12	3	0	871
Comércio/Indústria	1.762	146	33	119	112	0	2.172
Estado	16	0	1	0	0	0	17
Instituições/T. Social	23	2	2	6	1	0	34
Associações/Outras	51	10	8	4	5	0	78
Autarquias	69	14	6	18	7	0	114
Obras	139	52	4	13	35	0	243
Gratuitos	149	23	7	8	8	0	195
TOTAL	23.180	2.174	450	1.273	1.361	5	28.443

3.1.2.3. Contadores Instalados por Tarifa e Tipo de Calibre

	13/15	20	25	30	40	50	65	80	100	150	200	TOTAL
Doméstico	16.973	7.383	39	24	1	0	0	0	0	0	0	24.420
Social I	124	52	1	0	0	0	0	0	0	0	0	177
Familiar	18	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34
Tarifa Social	59	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	88
Comércio/Indústria	1.523	452	35	71	42	13	5	13	17	0	1	2.172
Estado	1	10	0	3	0	0	1	1	1	0	0	17
Instituições/T.Social	14	7	1	5	1	4	1	0	1	0	0	34
Associações/Outras	30	31	2	11	1	1	0	1	1	0	0	78
Autarquias	39	39	3	14	9	7	1	2	0	0	0	114
Obras	110	109	14	4	4	0	0	1	1	0	0	243
Gratuitos	36	25	27	78	26	2	0	0	1	0	0	195
Condomínio	470	114	203	75	7	0	1	1	0	0	0	871
TOTAL	19.397	8.267	325	285	91	27	9	19	22	0	1	28.443

3.1.2.4. Contadores Instalados por Freguesia e Tipo de Calibre

	13/15	20	25	30	40	50	65	80	100	150	200	TOTAL
União das Freguesias de Montijo/Afonsoeiro	15.819	6.742	269	223	63	22	8	14	18	0	1	23.180
União das Freguesias de Atalaia Alto Est./Jardia	1.271	811	35	39	8	3	0	4	3	0	0	2.174
Freguesia de Canha	378	61	3	4	3	0	0	0	1	0	0	450
União das Freguesias de Pegões/ S. Isidro	969	271	9	8	14	2	0	0	0	0	0	1.273
Freguesia de Sarilhos Grandes	958	379	9	11	3	0	1	0	0	0	0	1.361
Poceirão	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
TOTAL	19.397	8.267	325	285	91	27	9	19	22	0	1	28.443

3.1.2.5. Contadores Instalados nos Últimos 3 Anos

O quadro seguinte traduz a evolução do número de contadores instalados nos últimos anos. Do número total atingido (28.443 contadores) salienta-se que cerca de 27.664 contadores são de calibre 13/15/20mm, associados maioritariamente ao consumo doméstico, com um total de 24.530 contadores.

ANO	CONTADORES	EVOLUÇÃO
2022	27.591	+ 320
2023	28.030	+ 439
2024	28.443	+ 415

3.1.2.6. Leituras Reais Efetuadas por Roteiro

No nosso Concelho existiam quatro roteiros de leituras, sendo que desde fevereiro de 2024 o Roteiro 5 encontra-se inserido no Roteiro 2. Cada roteiro comporta vários itinerários, sendo os mesmos efetuados por ciclos mensais alternados.

2024	LEITURAS REAIS A EFETUAR	LEITURAS REAIS REALIZADAS	% DE EXECUÇÃO
Roteiro 1	90.461	70.534	78,5%
Roteiro 2	82.759	64.153	77,5%
Roteiro 4	480	435	90,6%
TOTAL	173.700	135.122	77,8%

3.1.3. Faturação

3.1.3.1. Comparação dos Consumos de Água Faturados (Últimos 3 Anos)

ANO	CONSUMO (M³)	EVOLUÇÃO (M³)
2022	3.104.714	+24.695
2023	3.153.719	+49.005
2024	3.372.836	+219.117

No ano de 2024, houve um aumento de 219.117m³ no consumo de água faturada. Foi dada continuidade aos procedimentos internos criados para um maior controlo da água consumida/faturada, bem como, à deteção de contadores parados e ligações diretas.

3.1.3.2. Distribuição de Consumos Faturados (m³) por Tipo de Cliente

TIPO CLIENTE	CONSUMO FATURADO (M³) 2023	CONSUMO FATURADO (M³) 2024
1 - Estado	54.399	53.991
2 - Autarquias	60.713	69.932
3 - Instituições	64.660	56.622
4 - Comércio/Industria	388.352	411.798
5- Obras	45.760	64.099
6 - Domésticos	2.343.674	2.419.118
7 - Gratuitos	189.458	290.186
8 - Condomínios	6.703	7.090
TOTAL	3.153.719	3.372.836

3.1.3.3. Distribuição de Consumos Faturados (m³) por Tipo de Tarifa e Escalão

ESCALÃO	DOMÉSTICA				COMÉRCIO/ INDÚSTRIA	GRATUITO	ESTADO	AUTARQUIA	OBRAS	CONDOMÍNIO	INSTITUIÇÕES		TOTAL
	Normal	Social I	Tarifa Familiar	Tarifa Social							Social	Outras	
1º	1.202.515	9.341	3.703	6.346	154.450								1.376.355
2º	982.100	4.007	1.779	6.013	257.348								1.251.247
3º	139.674	698	886	1.836									143.094
4º	58.780	200	219	804									60.003
5º		88		128									216
Único						290.186	53.991	69.932	64.099	7.091	28.186	28.436	541.921
TOTAL	2.383.069	14.334	6.587	15.127	411.798	290.186	53.991	69.932	64.099	7.091	28.186	28.436	3.372.836

Como seria expectável, o maior consumo de água concentra-se no 1.º escalão, tendo atingido um volume de 1.376.355 m³ em 2024, que representa 41% da faturação total.

3.1.3.4. Distribuição de Consumos Faturados (m³) por Freguesia e Tipo de Tarifa

	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO/AFONSOEIRO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATALAIA A. EST./ARDIA	FREGUESIA DE CANHA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PEGOES	FREGUESIA DE SARILHOS GRANDES	POCEIRÃO	TOTAL
Doméstico	1.912.315	210.156	34.145	132.663	129.739	100	2.419.118
Não Doméstico	501.525	57.697	17.067	51.660	35.583	0	663.532
Gratuito	256.421	23.555	4.661	2.845	2.704	0	290.186
TOTAL	2.670.261	291.408	55.873	187.168	168.026	100	3.372.836

3.1.3.5. Gestão de Pedidos para Pagamento de Fornecimento de Água em Prestações

PRESTAÇÕES	2022	2023	2024
Transferidos do ano anterior	149	175	179
Pedidos	348	341	241
Cancelados p/ incumprimento	217	206	159
Cumpridos	105	131	132
Transferidos p/ano seguinte	175	179	129

O número de pedidos de pagamento em prestações das faturas referentes aos contratos de fornecimento de água, sofreu uma ligeira diminuição face ao ano anterior, bem como, o número de acordos cancelados por incumprimento.

Os SMAS, conscientes das dificuldades dos Clientes/Municípios, têm permitido o acesso à celebração de acordos de pagamento num número maior de prestações (máximo 24), assegurando assim, a manutenção do serviço de fornecimento de água.

3.1.3.6. Gestão de Cortes de Fornecimento de Água

No decorrer do ano 2024 manteve-se os procedimentos implementados, no sentido de exercer, de forma rigorosa, o controlo da faturação e dos respetivos prazos de liquidação, bem como, a deteção de ligações “diretas” fraudulentas no fornecimento de água, tendo sempre em consideração as dificuldades dos Clientes/Municípios.

SERVIÇO DE CORTES	2022	2023	2024
Cortes Emitidos	1.117	1.280	2.540
Cortes Executados	1.098	1.179	2.428
Revisões de corte	291	243	513
Religações	794	938	2.086

3.2. SERVIÇO DE TESOURARIA

No ano de 2024, verificaram-se, no Serviço de Tesouraria, os seguintes movimentos:

DESIGNAÇÃO		VALOR (€)	
Saldo Inicial			
Numerário		236.656,26	
Depósitos Bancários		923.502,04	1.160.158,30
Receita Cobrada	Operações não Orçamentais		3.514.420,35
	Operações Orçamentais		8.644.538,83
Guia de Reposição Abatida ao Pagamento	Operações não Orçamentais		0,00
	Operações Orçamentais		28,67
Despesa Liquidada	Operações não Orçamentais		3.538.426,20
	Operações Orçamentais		8.189.535,23
Saldo Final			1.591.184,72

No Saldo Final que transitou para o exercício de 2024, encontra-se incluída a importância de € 292.664,72 referente a Operações de Tesouraria.

Assim, o Saldo Disponível que efetivamente transitou para o exercício seguinte foi de € 1.298.520,00.

3.3. SERVIÇO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

3.3.1. Movimento de Documentos

Durante o ano de 2024 registou-se o seguinte movimento de documentos na Contabilidade:

- Emissão de Ordens de Pagamento:
 - Operações Orçamentais..... 1.200
 - Operações Tesouraria..... 108
- Conferência de Faturas:
 - Entradas 1.720
 - Conferidas1.716
 - Devolvidas 0
 - Anuladas 4
- Compromissos Assumidos:
 - Executados 553

3.3.2. Execução Orçamental

O acompanhamento do processo de arrecadação das receitas e de realização das despesas, através dos mapas de execução orçamental, permitem o conhecimento dos valores, efetivamente, cobrados e pagos, em qualquer momento do exercício.

Após o encerramento do exercício económico de 2024, efetuou-se a análise à execução orçamental destes Serviços Municipalizados.

♦ Dívida que transitou de 2023 para 2024:

- Fornecedores:

Conta Corrente	€ 0,00
Imobilizado	€ 0,00
 - Outros Credores
- | | |
|--------------|---------------|
| TOTAL | € 0,00 |
|--------------|---------------|

♦ Valor faturado no exercício € 8.189.506,56

♦ Valor pago no exercício € 8.189.506,56

♦ Dívida que transitou para 2025:

- Fornecedores
 - Imobilizado
- | | |
|--------------|---------------|
| TOTAL | € 0,00 |
|--------------|---------------|

3.3.2.1. Evolução da Receita

Neste capítulo procede-se a uma análise das receitas realizadas em 2024. Assim, constata-se que, as receitas realizadas atingiram um montante global de € 9.488.026,56.

Desta receita global, € 8.642.826,41 dizem respeito a receitas correntes e € 845.200,15 a outras receitas.

Em relação ao grau de execução do orçamento de receita constata-se que, o seu valor global atingiu 106%.

As receitas correntes tiveram um grau de execução de 107%.

3.3.2.1.1. Receita Corrente

Comparativamente aos exercícios anteriores, continua a ser a rubrica 07 – Venda de Bens e Serviços Correntes que detém a maior percentagem, em relação ao total das receitas correntes, representando na sua globalidade cerca de 90%, no montante de € 7.811.164,51.

Este valor percentual resulta das seguintes sub - rubricas:

- Venda de Água - € 3.330.703,16: 43%
- Serviços - € 4.480.461,35: 57%, dos quais 95% correspondem à Tarifa de Saneamento

DESVIO DAS RECEITAS REALIZADAS RELATIVAMENTE ÀS PREVISTAS

RECEITA	REALIZADA	PREVISTA	GRAU DE EXECUÇÃO
CORRENTE			
04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades	159.561,92	145.544,00	109,63%
05- Rendimentos da Propriedade	0,00	100,00	0,00%
06- Transferências Correntes	660.039,19	660.239,19	99,97%
07- Venda Bens e Prest. Serv. Correntes	7.811.164,51	7.254.865,00	107,67%
08- Outras Receitas Correntes	12.060,79	12.163,00	99,16%
15-Rep.Não Abatidas nos Pagamentos	1.712,42	1.730,00	98,98%
16- Saldo Gerência	843.487,73	843.487,73	100,00%
Subtotal	9.488.026,56	8.918.128,92	106,39%
CAPITAL			
09-Venda de Bens de Investimento	0,00	10.600,00	0,00%
10- Transferências de Capital			
10.05.01- Adm. Local - CM Montijo	0,00	100,00	0,00%
13- Outras Receitas Capital	0,00	200,00	0,00%
Subtotal	0,00	10.900,00	0,00%
TOTAL	9.488.026,56	8.929.028,92	106,26%

Foi realizada uma alteração permutativa ao orçamento da receita a 9 de outubro, de acordo com a Norma 26, do Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas, contudo, após essa data, a cobrança nas rubricas 04 e 07 aumentaram o seu grau de execução.

3.3.2.2. Evolução da Despesa

Neste capítulo procede-se a uma análise das despesas realizadas em 2024, constatando-se que se atingiu um montante global de € 8.189.506,56, o que representou um grau global de execução de 91,71% em relação ao previsto.

Deste montante global € 7.714.942,25 dizem respeito a Despesas Correntes e € 474.564,31 a Despesas de Capital.

Face aos valores apurados verificou-se um decréscimo 38,55% em 2024, no montante das despesas de investimento comparativamente com as realizadas em 2023.

Nas despesas correntes, verificou-se um acréscimo de 7,73% em relação ao ano de 2023.

3.3.2.2.1. Despesa Corrente

A rubrica “Aquisição de Serviços Correntes”, no valor de € 4.781.398,35 representa 62% das despesas correntes totais, englobando o pagamento devido pela prestação de serviços, efetuada pela SIMARSUL, Saneamento da Península de Setúbal, SA, no montante de € 3.312.555,53.

A rubrica “Despesas com o Pessoal”, no valor de € 2.590.171,80 representa 34% do total das despesas correntes, tendo-se verificado um aumento percentual de 6,13%, cerca de € 158.670,27 em relação ao ano de 2023, resultante da ocupação de novos postos de trabalho, valorizações remuneratórias, atualização da remuneração mínima e consequente aumento de suplementos remuneratórios.

3.3.2.2.2. Despesa de Capital

A Aquisição de Bens de Investimento, executada através do P.P.I., obteve uma percentagem anual de execução de 96% distribuída da seguinte forma:

- Maquinaria e Equipamento	€ 25.869,71
- Saneamento	€ 2.713,60
- Abastecimento de Água	€ 383.466,21
- Equipamento Básico	€ 40.089,31
- Ferramentas e Utensílios	€ 831,48
- Material de Transporte.....	€ 21.594,00

DESVIO DAS DESPESAS REALIZADAS RELATIVAMENTE ÀS PREVISTAS

DESPESA	REALIZADA	PREVISTA	GRAU DE EXECUÇÃO
CORRENTE			
01 - Pessoal	2.590.171,80	2.810.700,00	92,15%
02 - Aquisição de Bens e Serviços			
02.01 - Aquisição de Bens	177.283,24	224.635,00	78,92%
02.02 - Aquisição de Serviços	4.781.398,35	5.205.443,92	91,85%
03 - Juros e Outros Encargos	0	300,00	0,00%
06 - Outras Despesas Correntes	166.088,86	191.700,00	86,64%
Subtotal	7.714.942,25	8.432.778,92	91,49%
CAPITAL			
07 - Aquisição de Bens de Capital			
07.01 - Investimentos	474.564,31	496.250,00	95,63%
Subtotal	474.564,31	496.250,00	95,63%
TOTAL	8.189.506,56	8.929.028,92	91,72%

COMPARAÇÃO ENTRE A RECEITA E A DESPESA

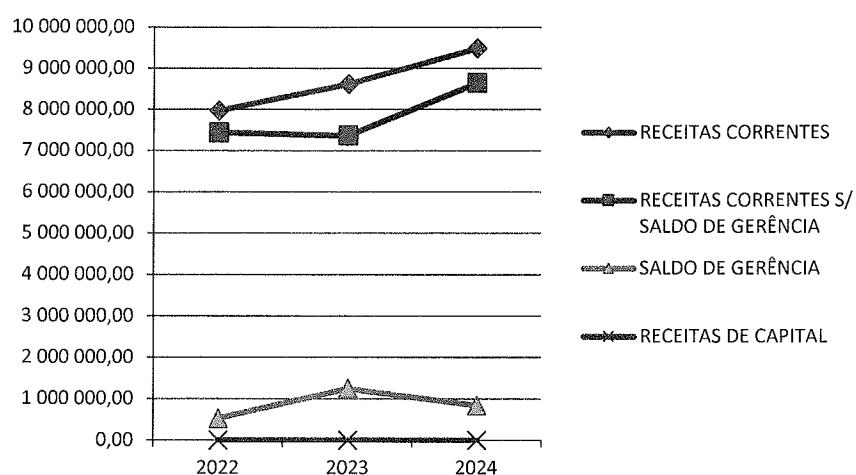
	RECEITA	DESPESA	DESVIO
Corrente*	9.488.026,56	7.714.942,25	1.773.084,31
Capital	0,00	474.564,31	(474.564,31)
TOTAL	9.488.026,56	8.189.506,56	1.298.520,00

*Inclui saldo de gerência

ANÁLISE AO ÚLTIMO TRIÊNIO

RECEITA

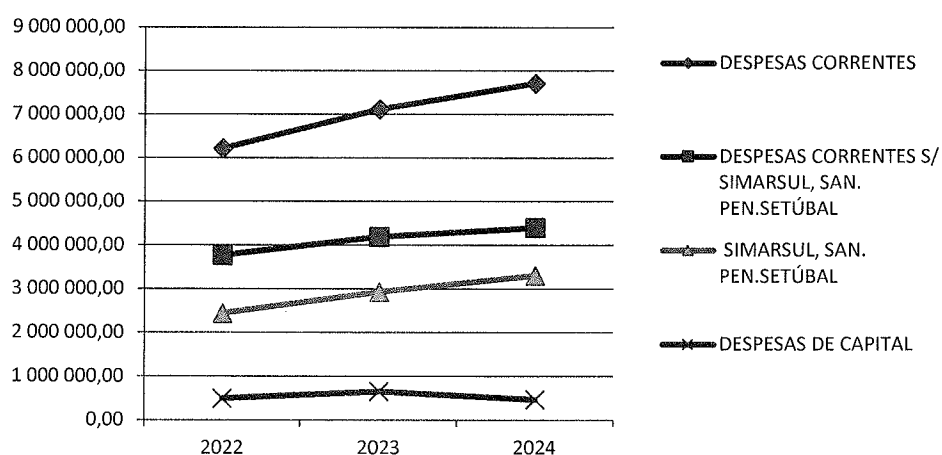
	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	7.973.970,91	8.619.882,57	9.488.026,56
RECEITAS CORRENTES S/ SALDO DE GERÊNCIA	7.443.899,57	7.366.612,18	8.644.538,83
SALDO DE GERÊNCIA	530.071,34	1.253.270,39	843.487,73
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00



A receita corrente, sem saldo de gerência, aumentou relativamente ao ano transato, justificado pelo aumento na rubrica da venda de água e da tarifa de saneamento.

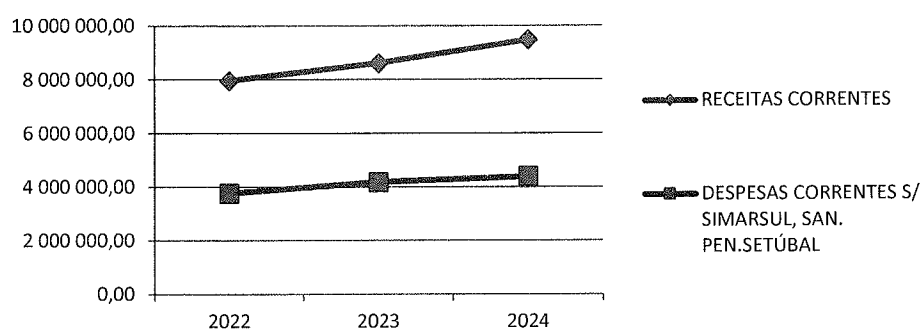
DESPESA

	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES	6.219.207,20	7.118.885,68	7.714.942,25
DESPESAS CORRENTES S/ SIMARSUL, SAN. PEN.SETÚBAL	3.773.129,59	4.188.506,14	4.402.386,72
SIMARSUL, SAN. PEN.SETÚBAL	2.446.077,61	2.930.379,54	3.312.555,53
DESPESAS DE CAPITAL	501.493,32	657.509,16	474.564,31



RECEITA CORRENTE / DESPESA CORRENTE

	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	7.973.970,91	8.619.882,57	9.488.026,56
DESPESAS CORRENTES S/ SIMARSUL, SAN. PEN.SETÚBAL	3.773.129,59	4.188.506,14	4.402.386,72



Num balanço das receitas e despesas do último triénio, observamos que o grande desafio dos SMAS foi o do equilíbrio das contas com vista à plena integração no sistema SIMARSUL, Saneamento da Península de Setúbal, SA.

Controlo do Equilíbrio previsto no artigo 40º do RFALEI

Descrição	Orçamento inicial	Orçamento revisto pela integração do saldo	Orçamento Final (dotações corrigidas)	Prestação de contas
A1 - Receitas Correntes Brutas	7.423.352,00	7.423.352,00	8.072.911,19	8.642.826,41
A2 - Parte do saldo orçamental correspondente, quando integrado no orçamento, à proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir		821.187,73	821.187,73	821.187,73
B - Despesas correntes	6.951.552,00	7.772.739,73	8.432.778,92	7.714.942,25
C- Saldo Corrente(A1+A2-B)	471.800,00	471.800,00	461.320,00	1.749.071,89
D - Amortização média EMLP				
E - Montante (C-D)	471.800,00	471.800,00	461.320,00	1.749.071,89
F - Percentagem (A/(B+D))	106,79%	95,50%	95,73%	112,03%
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental				
G - 5% das receitas correntes brutas no ano, art. 40º nº 3 do RFALEI (Ax5%)	371.167,60	371.167,60	403.645,56	432.141,32
H Eventual diferença entre o resultado apurado e o desvio legalmente admissível (E-G, se E<0)				
Conclusão	cumprimento	cumprimento	cumprimento	cumprimento

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

ANOS	FUNÇÕES/ OBJETIVOS	VALOR DEFINIDO (€)	COMPROMETIDO (€)	EXECUTADO	
				(€)	%
2023	Edifícios	10.700,00	10.250,20	10.250,20	95,80%
	Maquinaria e Equipamento	50.670,39	48.193,61	48.193,61	95,11%
	Equipamento Transporte	100,00	0,00	0,00	0,00%
	Saneamento	134.300,00	109.023,05	109.023,05	81,18%
	Água	554.050,00	472.301,58	472.301,58	85,25%
	Equipamento Básico	42.000,00	17.620,72	17.620,72	41,95%
	Ferramentas e Utensílios	2.500,00	120,00	120,00	4,80%
	Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.600,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAL	795.920,39	657.509,16	657.509,16	82,61%
2024	Edifícios	300,00	0,00	0,00	0,00%
	Maquinaria e Equipamento	26.710,00	25.869,71	25.869,71	96,85%
	Equipamento Transporte	21.900,00	21.594,00	21.594,00	98,60%
	Saneamento	10.400,00	2.713,60	2.713,60	26,09%
	Água	392.100,00	383.466,21	383.466,21	97,80%
	Equipamento Básico	43.040,00	40.089,31	40.089,31	93,14%
	Ferramentas e Utensílios	1.700,00	831,48	831,48	48,91%
	Viadutos, arruamentos e obras complementares	100,00	0,00	0,00	0,00%
	TOTAL	496.250,00	474.564,31	474.564,31	95,63%

3.3.3. Análise Financeira

ATIVO

O ativo dos SMAS reflete o empenho destes Serviços em tornar o Concelho de Montijo num território com qualidade ambiental, dotada das infraestruturas necessárias para que as condições de salubridade criadas, sejam atrativas para o seu desenvolvimento.

Os investimentos que têm vindo a ser realizados na rede de drenagem, transporte e tratamento de águas residuais e na captação e distribuição de água potável, tem contribuído para o crescimento do património destes Serviços, cujo ativo não corrente representa, atualmente, 86% do total do Ativo.

Património Líquido

Esta rubrica do Balanço, obteve alterações, relativamente ao exercício de 2023, nomeadamente na conta 56 – Resultados Transitados que reflete a aplicação do resultado líquido.

PASSIVO

No passivo corrente destaca – se o seguinte:

- Outras contas a pagar – € 1.424.847,96, que se refere a outros acréscimos de rendimentos, a operações de tesouraria que não constituem encargos dos SMAS.

Nas operações de tesouraria encontram-se incluídos, os valores dos resíduos sólidos, cobrados por estes serviços nas faturas de água, e que ainda não tinham sido transferidos para a Câmara Municipal de Montijo.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O Resultado Líquido do Exercício relativamente ao ano de 2024, ficou negativo, no montante de € 678.508,67.

3.3.4. Balanço e Contas

3.3.4.1. Balanço

RUBRICAS	SNC - AP	
	31-12-2024	31-12-2023
ATIVO		
Ativo Não Corrente		
Ativos fixos tangíveis	18.557.768,91	19.291.669,01
Propriedades de investimento		
Ativos intangíveis	30.694,42	61.463,93
Ativos biológicos		
Participações financeiras		
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
Acionista/sócios/associados		
Diferimentos		
Outros ativos financeiros		
Ativos por impostos diferidos		
Clientes, Contribuintes e utentes		
Outras contas a receber		
	18.588.463,33	19.353.132,94
Ativo corrente		
Inventários	134.945,07	129.872,55
Ativos biológicos		
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		
Clientes, contribuintes e utentes	1.121.004,37	1.501.885,84
Estado e outros entes públicos	119.633,68	128.424,09
Acionistas/sócios/associados		
Outras contas a receber	15.000,00	15.000,00
Diferimentos	3.522,96	3.227,75
Ativos financeiros detidos para negociação		
Outros ativos financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda		
Caixa e depósitos	1.591.184,72	1.160.158,30
	2.985.290,80	2.938.568,53
Total do Ativo	21.573.754,13	22.291.701,47

SNC - AP		
RUBRICAS	31-12-2024	31-12-2023
PATRIMONIO LIQUIDO		
Património/Capital	4.273.093,45	4.273.093,45
Ações (quotas) próprias		
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas	1.620.439,10	1.620.439,10
Resultados transitados	13.591.583,62	14.251.622,81
Ajustamentos em ativos financeiros		
Excedentes de revalorização	46.993,29	46.993,29
Outras variações no Património Líquido	1.282.424,96	1.306.690,67
Resultado líquido do período	-678.508,67	-660.039,19
Dividendos antecipados		
Interesses que não controlam		
Total do Património Líquido	20.136.025,75	20.838.800,13
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões		
Financiamentos obtidos		
Fornecedores de investimentos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Diferimentos		
Passivos por impostos diferidos		
Fornecedores		
Outras contas a pagar		
	0,00	0,00
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		
Fornecedores		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
Estado e outros entes públicos	12.880,42	12.880,42
Acionistas/sócios/associados		
Financiamentos obtidos		
Fornecedores de investimentos		
Outras contas a pagar	1.424.847,96	1.440.020,92
Diferimentos		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
	1.437.728,38	1.452.901,34
Total do Passivo	1.437.728,38	1.452.901,34
Total do Património Líquido e Passivo	21.573.754,13	22.291.701,47

3.3.4.2. Demonstração de Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	PERIODOS	
	31-12-2024	31-12-2023
Impostos, contribuições e taxas	159.829,55	145.909,26
Vendas	3.176.577,69	2.964.281,19
Prestações de serviços e concessões	4.455.936,05	4.161.011,08
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e		
Transferências e subsídios correntes obtidos		
Variações nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade	101.880,66	116.015,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-103.888,99	-92.709,87
Fornecimentos e serviços externos	-4.622.114,82	-4.200.198,53
Gastos com pessoal	-2.639.656,62	-2.479.025,96
Transferências e subsídios concedidos		
Prestações sociais		
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-420.341,40	58.478,81
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos	698.332,31	97.090,44
Outros gastos	-171.491,15	-151.920,61
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	635.063,28	618.931,20
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1.306.727,89	-1.272.923,99
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-671.664,61	-653.992,79
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	-6.844,06	-6.046,40
Resultado antes de impostos	-678.508,67	-660.039,19
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	-678.508,67	-660.039,19
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe		
Interesses que não controlam		
	-678.508,67	-660.039,19

3.3.5. Contabilidade de Gestão

O SNC – AP veio estabelecer a base para desenvolver um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

A contabilidade de gestão revela – se importante, sendo um instrumento de gestão interna.

Vem também produzir informação relevante e analítica sobre os custos, e quando se justifique sobre os rendimentos e resultados, satisfazendo as necessidades de informação dos responsáveis, de acompanhamento das operações e decisões sobre o futuro.

Efetuamos uma análise de custos por funções e uma análise de custos por centro de responsabilidade.

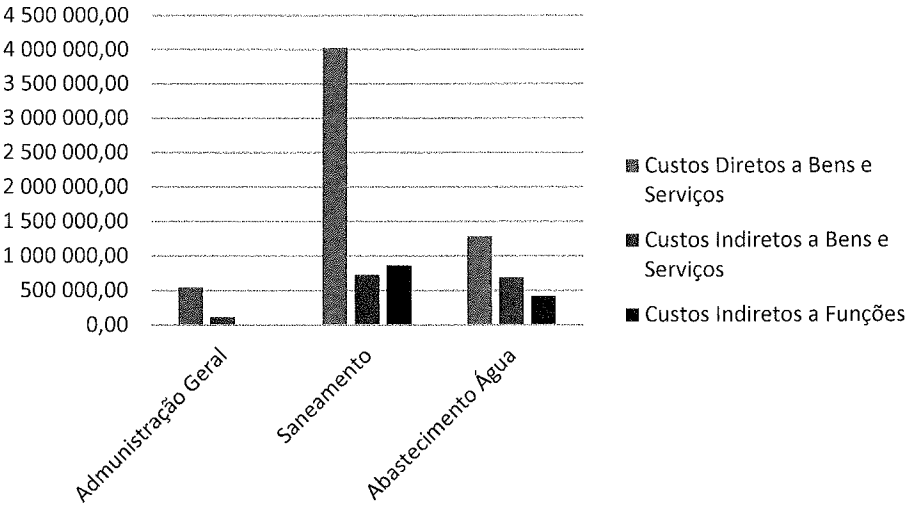
3.3.5.1 Análise de Gastos por Funções

No mapa apresenta – se os gastos agregados por funções, cujo peso das funções sociais corresponde a 92% do total dos gastos, que representam cerca de 8 milhões de euros, integrando o saneamento e a água. As funções gerais representam cerca de 658 mil euros que engloba a administração geral, e que corresponde somente a 7,6% dos custos dos serviços municipalizados.

Fazendo uma análise do total dos custos verificamos que os custos diretos a bens e serviços representam cerca de 67% do total dos gastos, que os custos indiretos a bens e serviços representam 18% e que os custos indiretos a funções representam 15%.

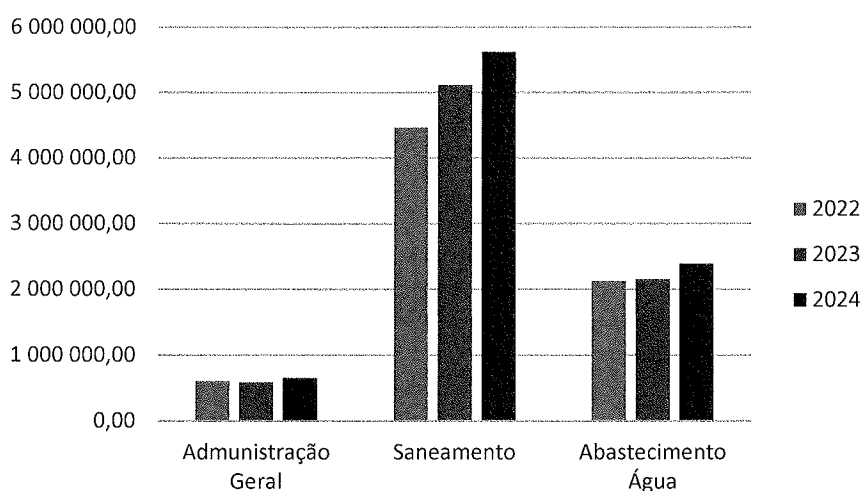
GASTOS AGREGADOS POR FUNÇÕES

Código	Designação	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Funções	Total
1	Funções Gerais	546.629,64	112.053,97	0,92	658.684,53
111	Administração Geral	546.629,64	112.053,97	0,92	658.684,53
2	Funções Sociais	5.313.320,12	1.419.641,44	1.277.838,82	8.010.800,38
243	Saneamento	4.028.941,54	728.160,31	860.514,09	5.617.615,94
244	Abastecimento Água	1.284.378,58	691.481,13	417.324,73	2.393.184,44
Total de Custos		5.859.949,76	1.531.695,41	1.277.839,74	8.669.484,91



GASTOS POR FUNÇÕES NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

Código	Designação	2022	2023	2024	Média 2022/2024
1	Funções Gerais	610.146,29	587.662,90	658.684,53	618.831,24
111	Administração Geral	610.146,29	587.662,90	658.684,53	618.831,24
2	Funções Sociais	6.592.711,40	7.271.882,09	8.010.800,38	7.291.797,96
243	Saneamento	4.466.052,05	5.116.219,20	5.617.615,94	5.066.629,06
244	Abastecimento Água	2.126.659,35	2.155.662,89	2.393.184,44	2.225.168,89
Total de Custos		7.202.857,69	7.859.544,99	8.669.484,91	7.910.629,20



3.3.5.2. Análise de Gastos por Centros de Responsabilidade

Os serviços municipalizados estão organizados de acordo com o seu organograma, estando assim divididos os seus centros de responsabilidade.

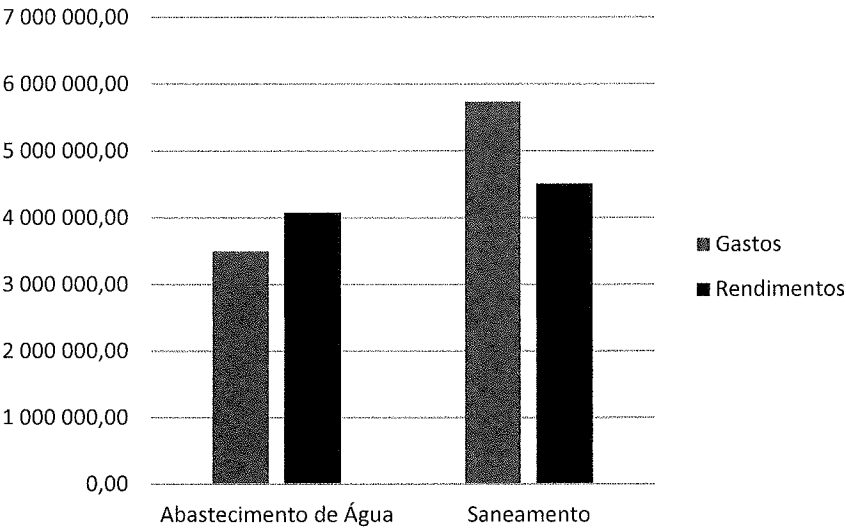
EVOLUÇÃO DOS GASTOS POR CENTRO DE RESPONSABILIDADE

Designação	2023	2024	Δ 2023/2024
Presidente do Conselho de Administração	0	63,00	100,00%
Secretariado de Apoio	30.143,61	34.676,66	13,07%
Assessoria Jurídica e Contencioso	50.725,04	78.038,56	35,00%
Informática e Tecnologias de Informação	59.547,17	58.692,32	-1,46%
Qualidade e Reclamações	51.632,72	54.115,43	4,59%
Expediente, Telefone e Serviços Gerais	129.656,30	106.960,81	-21,22%
Redes de Água	1.931.826,93	1.975.996,36	2,24%
Drenagem de Águas Residuais e Pluviais	4.473.479,01	4.968.853,85	9,97%
Gestão Comercial e Atendimento	890.026,36	1.416.201,37	37,15%
Gestão Financeira e Aprovisionamentos	355.066,09	373.804,44	5,01%
Gestão de Recursos Humanos e SHST	195.288,93	171.258,90	-14,03%
Total de Custos por Centros de Responsabilidade	8.167.392,16	9.238.598,70	11,59%

No quadro acima, podemos verificar os custos imputados aos diversos serviços, existindo um aumento do total dos gastos por centro de responsabilidade de 12%.

GASTOS E RENDIMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2024

	Gastos	Rendimentos
Abastecimento de Água	3.499.362,25	4.083.621,95
Saneamento	5.739.299,45	4.508.934,31



3.4. SERVIÇO DE APROVISIONAMENTOS E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

3.4.1. Atividade do Setor de Compras

3.4.1.1. Adjudicações

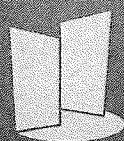
Aquisição de Bens e Serviços	2023	2024
Ajuste direto simplificado	163.640,52	191.272,88
Ajuste direto	135.675,91	151.228,12
Consulta Prévia	147.736,81	244.451,49
Concurso Público	219.897,00	218.402,40
Empreitadas		
Ajuste direto simplificado	19.791,38	7.907,60
Ajuste direto	78.512,87	57.526,41
Consulta Prévia	74.779,05	0
Concurso Público	720.787,33	0

Foi efetuada a contagem física de existências, através do Inventário de materiais em Armazém, procurando-se desta forma ter um controlo mais efetivo das mesmas.

Assim, a existência final de Materiais nos Armazéns (Materiais, Ferramentas, Contadores, Economato, Higiene e Limpeza e Fardamentos) no ano de 2024, foi de € 286.078,89.

Os stocks mínimos e máximos são aferidos sempre que haja necessidade, permitindo uma informação mais eficaz e uma gestão mais eficiente, de forma a diminuir os custos inerentes a este serviço. Complementarmente está implementado um circuito funcional intersetorial, que de forma ordenada permite registar os movimentos associados às requisições e entregas dos materiais, permitindo dispor sempre de informação atualizada de movimentos e consequentemente de existências (quantidades).

DIVISÃO TÉCNICA
DE REDES
DE ÁGUAS
E SANEAMENTOS



Montijo
SMAS

4.1. SERVIÇO DE PROJETOS E OBRAS DE REDES PÚBLICAS DE ÁGUA, SANEAMENTO E GESTÃO DE CADASTRO

4.1.1. Âmbito da Atividade Desenvolvida - Ações Relevantes

No âmbito das competências da Unidade Orgânica de Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais salientam-se as seguintes atividades:

- Planeamento e conceção dos sistemas, definição dos princípios gerais orientadores das soluções técnicas possíveis a adotar, tendo em vista os compromissos técnicos e económicos adequados a cada situação e a sua integração na solução global do Concelho;
- Programação de ações a concretizar em função da fiabilidade dos serviços já prestados e a prestar, de forma progressiva e integrada de acordo com a constituição dos diversos sistemas, premência das solicitações e disponibilização de meios e recursos, nomeadamente, ao nível da remodelação das redes;
- Elaboração de estudos e projetos no seio dos Serviços Técnicos dos SMAS;
- Preparação e lançamento de consultas/concursos públicos e ou limitados tendo em vista a prestação de serviços e/ou o fornecimento de materiais e equipamentos, bem como, a execução de empreitadas de acordo com o regime de contratação pública (DL – 18/2008 de 29 de Janeiro);
- Acompanhamento e fiscalização técnica de empreitadas de obras lançadas pelos Serviços;
- Elaboração de pareceres de viabilidade com definição de soluções técnicas passíveis de integração nos sistemas de abastecimento de água e de rejeição de efluentes, em relação a processos de loteamento entrados e em apreciação na Câmara Municipal;
- Fiscalização técnica da execução das infraestruturas de águas e esgotos de loteamentos alvo de alvarás emitidos pela Câmara Municipal;
- Gestão, exploração e manutenção dos sistemas existentes de abastecimento de água e de rejeição de efluentes, incluindo estações de captação/bombagem e equipamento eletromecânico e de automatização associados;
- Controlo da qualidade da água distribuída, com recurso a laboratório especializado e acreditado, no âmbito do estipulado no Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de Agosto;
- Elaboração e cumprimento do Programa de Controlo de Qualidade da Água e Programa de Controlo Operacional;
- Definição das condições de descarga dos efluentes produzidos pelas unidades industriais instaladas no Concelho de Montijo, de acordo com o Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais;
- Limpeza de fossas com encaminhamento do efluente para tratamento nas ETAR's de Santo Isidro, Pegões (Melissa), Afonsoeiro e Seixalinho, exploradas pela empresa SIMARSUL;

- Atualização do cadastro das redes públicas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais;
- Definição, orçamentação, execução de ramais de ligação, bem como de reparação, remodelação e ampliação das redes existentes;
- Apreciação dos projetos relativos às redes prediais de abastecimento de água e águas residuais e pluviais;
- Vistorias às redes prediais de abastecimento de água e águas residuais e pluviais, com emissão de certificados de conformidade;
- Manutenção preventiva e corretiva das redes públicas de abastecimento de água e águas residuais e pluviais;
- Execução, reparação e manutenção de calçadas por administração direta;
- Colaboração com a SIMARSUL na gestão conjunta dos sistemas de saneamento na sua componente de “alta” e “baixa”.

Tendo por base os objetivos estratégicos dos SMAS, foram desenvolvidas durante o ano 2024, obras que terão impacto na melhoria da qualidade de vida das populações.

As atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas e pluviais constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente.

4.1.1.1. Drenagem de Águas Residuais e Pluviais

A atividade de saneamento de águas residuais urbanas compreende a descarga, a drenagem, a elevação, o transporte e o tratamento das águas residuais de origem urbana, bem como a sua rejeição no meio hídrico. Esta atividade é fundamental para garantir a salvaguarda da qualidade das massas de água, sendo determinante no condicionamento dos outros usos do domínio hídrico, designadamente a captação de água para consumo humano. O sistema de saneamento de águas residuais urbanas em baixa assegura a drenagem de águas residuais urbanas junto ao produtor, rejeitando-as num sistema em alta.

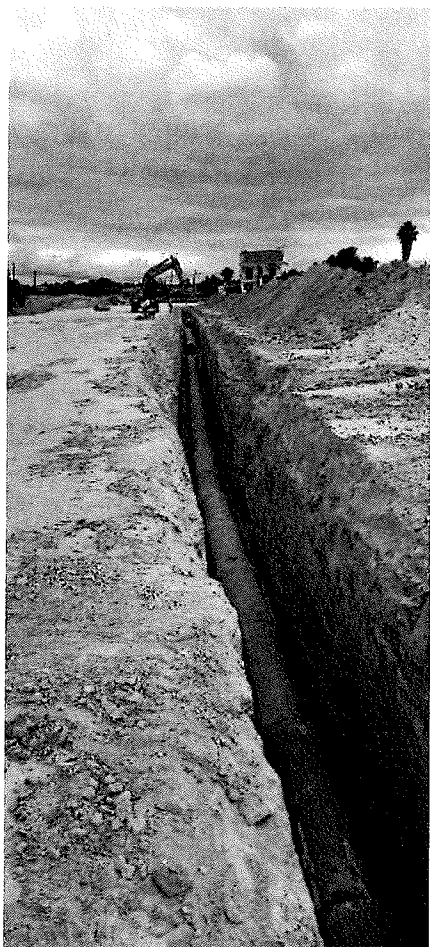
No que se refere aos sistemas de saneamento é importante continuar o investimento na preservação das infraestruturas existentes, na remodelação da rede em baixa e separação entre os sistemas de drenagem pluvial e doméstico.

Destaca-se neste contexto o significativo investimento realizado na remodelação e reforço da drenagem na Avenida Rainha Santa Isabel, como parte integrante do **Plano de Reabilitação, Beneficiação e Adaptação a Alterações Climáticas do Sistema de Saneamento da Cidade do Montijo**”.

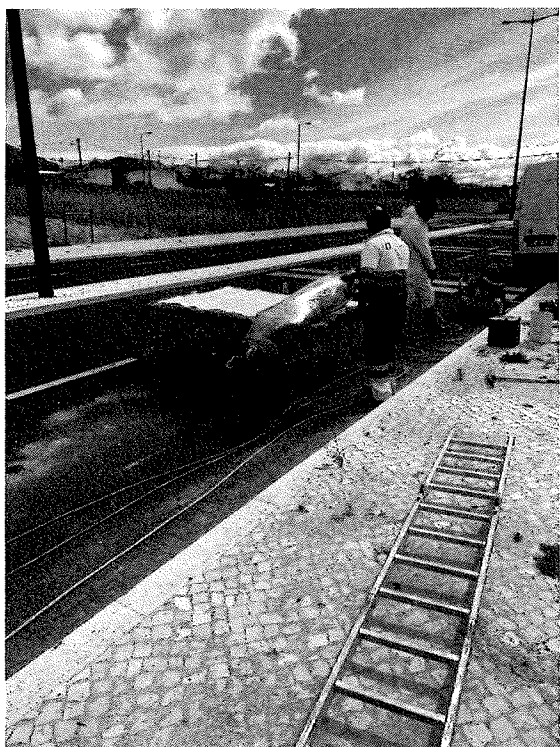
A cidade do Montijo tem sofrido, em locais críticos, eventos de inundação e descarga de efluentes poluídos diluídos em tempo de chuva (“*overflows*”). Esta situação decorre da ocorrência simultânea de vários fatores, incluindo ocupação progressiva de áreas a montante, redes envelhecidas, assoreamentos

e simultaneidade de eventos extremos de precipitação com praia-mar de marés vivas, resultando na potencial acumulação de água em zonas baixas da cidade, afetando pessoas e bens.

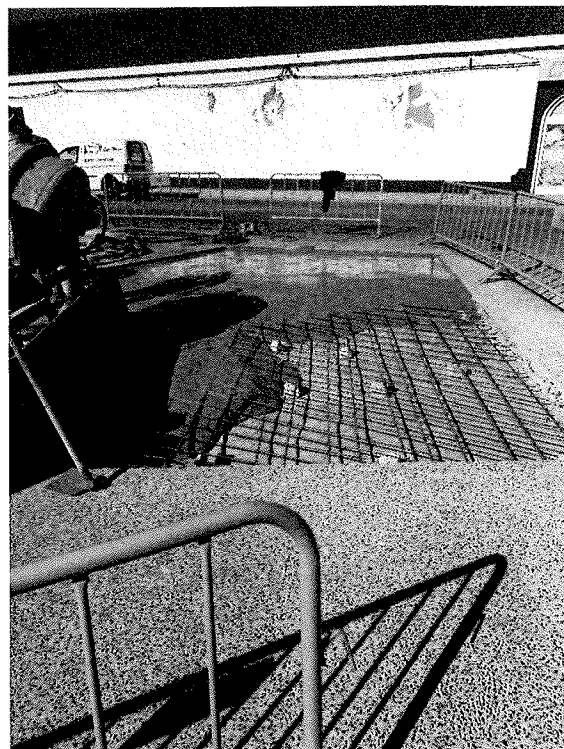
A urgência desse conhecimento e das medidas de intervenção torna-se especialmente relevante face ao aumento progressivo de ocupação e atividade nas bacias de drenagem que o novo aeroporto de Lisboa necessariamente trará à região, e também face a potencial agravamento de precipitações intensas e de subida de nível do mar e das águas do estuário.



Pormenor de instalação de manilhas para Coletor Pluvial (Av. Rainha Santa Isabel)



Reabilitação de coletor por encamisamento em CIPP UV



Pormenor da suspensão de uma caixa de visita (zona de leito de cheia), Praça José Gomes Freire.



Execução de novos coletores pluviais no Bairro do Barroso e nas novas urbanizações junto ao Caminho da Vasa Borracha.

4.1.1.1.1. Pareceres Sobre Obras Particulares

Em 2024, foram prestadas várias informações relativas a processos de loteamento ou de construção, incluindo Pedidos de Informação Prévia.

4.1.1.1.2. Preparação de Processos de Concurso para Contratação de Empreitadas e Serviços

Com base nos objetivos estratégicos estabelecidos pelo Conselho de Administração dos SMAS e dando cumprimento ao Plano Plurianual de Investimentos, os SMAS prepararam e lançaram diversos procedimentos de contratação pública e prestação de serviços a realizar nos sistemas de drenagem de Águas Residuais

4.1.1.2. Abastecimento Público de Água

Em 2024, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) de Montijo concluíram um conjunto de investimentos estratégicos na manutenção, renovação e expansão das infraestruturas de abastecimento público de água sob sua gestão. Estas intervenções foram alinhadas com as Grandes Opções do Plano, tendo como principal objetivo a melhoria contínua e sustentável da qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

Com o propósito de reforçar a capacidade operacional da infraestrutura de abastecimento de água e garantir a manutenção e reabilitação da rede, foram concluídas diversas empreitadas ao longo do ano. Destacam-se as seguintes:

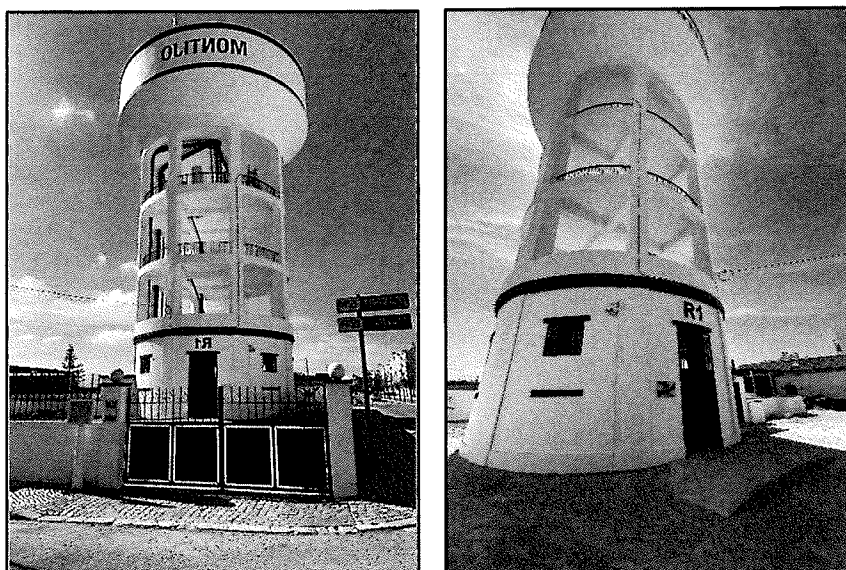
- **Reabilitação do Reservatório Elevado de Água do Montijo (R1)**

Concurso Público para Empreitada Plurianual – Valor Base: 680.000,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor)

Reconhecendo a importância desta infraestrutura para o abastecimento de água à cidade de Montijo, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) desenvolveram, em 2019, um **Projeto Executivo de Reabilitação Estrutural**, que serviu de base para o lançamento do presente concurso público.

A infraestrutura apresentava uma degradação estrutural progressiva, com perdas significativas de secção nos seus principais elementos de suporte, nomeadamente vigas e pilares. A corrosão destes elementos comprometeu a capacidade de resistência da estrutura, tornando-a vulnerável a ações dinâmicas, como os ciclos de enchimento e esvaziamento do reservatório, e, de forma ainda mais crítica, a eventos sísmicos.

Iniciada em 2023, esta empreitada representou um esforço financeiro significativo por parte dos SMAS, tendo sido a obra concluída com sucesso no ano de 2024.



Reservatório Elevado de Abastecimento de Água (R1) – Rua da Aldeia Velha

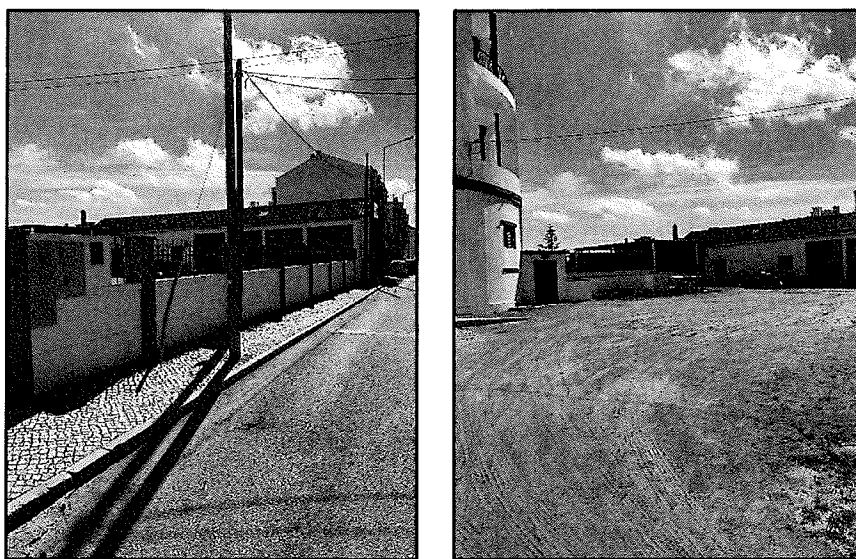


Reservatório Elevado de Abastecimento de Água (R1) – Rua da Aldeia Velha

- **Requalificação da Vedação e Instalações de Apoio do Polo de Abastecimento de Água do Montijo (R1), Rua da Aldeia Velha - Montijo;**

Ajuste Direto – Regime Geral para Empreitada, com um valor de 24.625,20 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

Face ao avançado estado de degradação da vedação do recinto, da área envolvente e dos edifícios de apoio, os SMAS consideraram imprescindível a remodelação integral do espaço do Polo de Abastecimento de Água, visando a melhoria das condições operacionais e de segurança.



Polo de Abastecimento de Água (R1), Rua da Aldeia Velha - Montijo

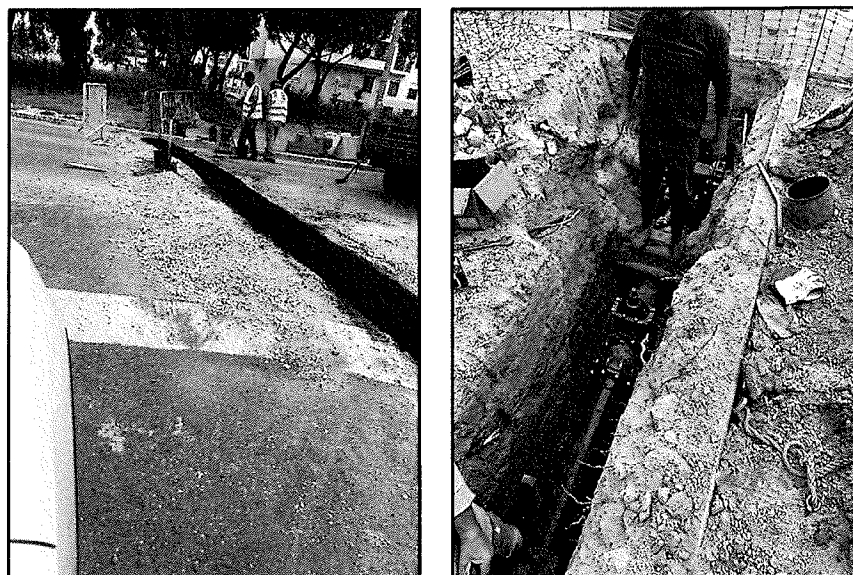
4.1.1.2.1. Obras nas Infraestruturas e outros Investimentos

Seguidamente, apresenta-se os investimentos realizados nas infraestruturas do sistema de abastecimento de água.

– Remodelação da Rede de Água, Rua da Baixa - Montijo;

Os SMAS, promovendo a manutenção e renovação de todo o sistema de distribuição de água, considerou proceder à renovação da rede pública de abastecimento de água de Montijo. Observando o envelhecimento das condutas constituídas por material de fibrocimento e com registo significativo de ocorrência de avarias, determinou-se a substituição da rede existente procedendo-se à remodelação troços considerados prioritários.

Dessa forma, os SMAS elaboraram o projeto de execução da remodelação da rede de abastecimento de água, que contemplou a substituição de condutas e nós de ligação, assim como, prepararam todo o processo e lançamento de procedimento de contratação por Consulta Prévia.



Pormenor de Instalação de Conduitas – Remodelação da Rede de Abastecimento, Montijo

4.1.1.2.2. Preparação de Processos de Concurso para Contratação de Empreitadas

Em consonância com os objetivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração dos SMAS e em cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos, foram preparados e lançados diversos procedimentos de contratação pública para intervenções nos sistemas de abastecimento público de água.

Adicionalmente, encontram-se em fase de preparação vários processos que serão desencadeados num futuro próximo.

4.1.1.2.3. Pareceres sobre Obras Particulares

Ao longo de 2024, foram emitidos diversos pareceres técnicos relativos a processos de loteamento e construção, incluindo Pedidos de Informação Prévia.

4.1.2. Acompanhamento e Fiscalização Técnica das Obras

Foram assegurados o acompanhamento e a fiscalização técnica tanto das empreitadas sob responsabilidade dos SMAS, da CMM, assim como dos loteamentos urbanos em curso, garantindo o cumprimento das condições técnicas previamente estabelecidas e a correta integração das novas infraestruturas nas redes municipais existentes.

No âmbito da fiscalização técnica das redes públicas de abastecimento de água executadas em loteamentos urbanos, foram monitorizadas as condições de execução, verificando-se a conformidade dos materiais utilizados (tubagens e acessórios) e assegurando-se a correta ligação às redes municipais. Este controlo visa garantir a uniformização dos procedimentos e materiais, facilitando a futura manutenção e a otimização dos stocks de reposição para eventuais intervenções.

4.1.3. Estudos e Elaboração de Projetos

Durante o ano de 2024, foram elaborados ou revistos os seguintes projetos referentes aos investimentos desejáveis nas infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água.

- Ampliação/Remodelação da Rede Pública de Abastecimento de Água – Montijo.
- Reparações Várias na Rede de Abastecimento de Água - Montijo

4.2. SERVIÇO TÉCNICO DE REDES PREDIAIS

4.2.1. Licenciamento de Redes Prediais

O licenciamento de redes prediais ocorre no âmbito da análise técnica de projetos de especialidades para novos edifícios ou remodelações interiores, com execução de novas redes de água e saneamento e novos ramais, bem como o acompanhamento em fase de obra.

No ano de 2024, a análise técnica e obras de redes prediais, incluindo a verificação da adequabilidade e capacidades das redes públicas e correta execução das redes interiores em conformidade com o Regulamento de Redes Públicas e Prediais de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais contabilizou um total de 238 processos.

4.3. SERVIÇO DE CONTROLO DE QUALIDADE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS

4.3.1. Controlo e Qualidade da Água de Abastecimento Público

A publicação do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto de 2023, transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva 2020/2184, do Parlamento e do Conselho Europeu de 16 de dezembro, relativa ao controlo da qualidade da água para consumo humano, bem como integra as disposições legais decorrentes da transposição da Diretiva 2013/51/EURATOM, do Conselho de 22 de outubro, e que já constavam da legislação em vigor no que concerne ao controlo da radioatividade.

Assim, como principais alterações face ao quadro legal anterior destaca-se:

- Consolidação da implementação da abordagem de avaliação e gestão do risco em toda a cadeia do abastecimento de água que, em Portugal, já tinha sido iniciada com os programas de controlo da qualidade da água aprovados pela ERSAR para 2023 suportados pela avaliação do risco nos sistemas de abastecimento de água para 2023. Desta forma, as componentes origens de água, sistemas de tratamento e distribuição e redes prediais terão o respetivo controlo da qualidade da água suportado por uma avaliação e gestão do risco, introduzindo mais segurança, racionalidade técnica e financeira na determinação dos parâmetros a controlar na verificação da qualidade da água.
- Alteração significativa nalguns valores paramétricos, ou seja, nalguns valores limite que, nuns casos são mais exigentes e noutros estão adaptados à realidade geográfica onde os sistemas de abastecimento operam. Estas mudanças refletem a preocupação manifestada de ter os últimos desenvolvimentos científicos incorporados neste quadro regulamentar.

- Ainda relativamente aos parâmetros, as novas regras determinam o controlo dos compostos designados por emergentes com a criação de uma lista de vigilância pela Comissão Europeia que será atualizada com regularidade e determina que todos os Estados-membros deverão fazer uma avaliação da sua situação particular relativamente a esses compostos. Salienta-se aqui, por exemplo, o controlo de alguns desreguladores endócrinos ou dos microplásticos.

- Introdução de novos parâmetros, como os PFAS, que, com uma monitorização mais regular, permitirá a cada Estado-membro conhecer melhor a sua situação e atuar em conformidade, incrementando-se assim os níveis de proteção da saúde humana.

- Uniformização das regras de utilização dos materiais e produtos em contacto com a água permitindo uma maior justiça e equidade entre os produtores e fabricantes dos diversos Estados-membros, ao contrário do que acontecia até ao presente com alguns países a serem bastante mais criteriosos do que outros nesta seleção. Assim, além de uma maior justiça concorrencial na União Europeia, garante-se que as entidades gestoras dos sistemas de distribuição de água utilizam os melhores materiais e produtos em contacto com a água, com os consequentes benefícios para a proteção da saúde humana.

- Promoção da redução das perdas de água nas redes de distribuição, preocupação resultante da iniciativa Right2Water e que teve reflexo na nova diretiva, bem como na transposição portuguesa, determinando que os Estados-membros têm de fazer uma avaliação das perdas nas respetivas redes e apresentar um plano de redução das mesmas. Nesta matéria, podemos considerar que Portugal já tem uma boa parte do seu trabalho feito, uma vez que o modelo de regulação da qualidade do serviço já faz esta avaliação desde 2004.

- Alterações na informação que deve ser prestada aos consumidores que, no caso português, já estavam em alguma medida consagradas na regulamentação da faturação detalhada. Contudo, a transposição permitiu fazer algumas melhorias à legislação em vigor, por exemplo, a explicitação do preço da água também por litro, o que permite uma melhor comparação com o custo das águas vendidas em garrafa, e a avaliação do consumo de cada agregado familiar em comparação com a média global dos agregados familiares, como ferramenta de incremento da eficiência de utilização da água por todos.

As últimas três décadas caracterizaram-se por uma crescente melhoria da qualidade da água para consumo humano, tendo sido atingido o nível de excelência de 99 % de água segura na torneira em 2015 (água gerida pelas entidades gestoras dos sistemas públicos de distribuição), que se mantém como tal desde então. Apesar da sua maior exigência, este novo quadro regulamentar agora publicado constituirá mais um passo em frente na consolidação da segurança da água da torneira, que se pretende que tenha como reflexo uma crescente confiança dos consumidores.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento do concelho de Montijo, desde as captações até à torneira do consumidor, constitui uma das maiores preocupações dos SMAS Montijo, seguindo para este efeito uma política de boas práticas de controlo de qualidade, operação e manutenção.

Esta preocupação tem dois objetivos fundamentais: comprovar o nível de qualidade da água versus cumprimento da legislação em vigor e manter um controlo operacional que permita detetar possíveis

anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.

De modo a cumprir o exigido legalmente, são anualmente implementados um conjunto de procedimentos de onde se destacam:

- Envio à ERSAR do PCQA (Programa de Controlo de Qualidade da Água), até 30 de setembro;
- Implementação do PCQA, previamente aprovado pela ERSAR, realizando esta última, ações de fiscalização junto dos SMAS;
- Comunicar à ERSAR e Autoridade de Saúde os incumprimentos dos valores paramétricos decorrentes da aplicação do Programa de Controlo de Qualidade da Água, até ao fim do dia útil seguinte àquele em que tomaram conhecimento;
- A investigação das causas do incumprimento detetados e a implementação de medidas corretivas;
- Envio à ERSAR dos resultados da verificação da qualidade da água obtidos na implementação do PCQA, até 31 de março do ano seguinte àquele a que dizem respeito;
- Definição do PMO (Plano de Monitorização Operacional) e sua distribuição junto dos setores com responsabilidades na sua implementação;

No ano de 2024 foram realizadas, no âmbito do PCQA, verificações de qualidade da água nos vários sistemas de abastecimento do concelho que totalizaram mais de 2000 análises aos parâmetros legislados. Foram detetados 6 incumprimentos sendo que aqueles que poderiam ter impacto na saúde pública foram de imediato regularizados através de medidas adequadas a cada caso. Após a tomada de medidas e repetição das análises os resultados conduziram a valores conformes. Foram também registados 2 valor alerta de alfa total, não tendo a verificação conduzido a qualquer incumprimento. Do ponto de vista do cumprimento da frequência de amostragem foram efetuadas 100% das análises regulamentares obrigatórias.

As não conformidades são comunicadas à ERSAR e Autoridade de Saúde de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 69/2023, de 21 de agosto.

Os resultados das análises são divulgados trimestralmente no nosso sítio www.mun-montijo.pt/pages/510, e nos locais de atendimento, através de Edital.

Com o objetivo de uma melhoria contínua do controlo da qualidade da água, os SMAS Montijo trabalham em estreita colaboração com a entidade reguladora (ERSAR) e a Autoridade de Saúde Pública.

Os SMAS não possuem laboratório próprio pelo que, recorrem a um laboratório exterior para a realização das análises à água de abastecimento público. Durante o ano de 2024, o Laboratório Pró-Qualidade, Lda. foi responsável pelas recolhas e análises de água em todos os sistemas de abastecimento

público no concelho de Montijo. A escolha do laboratório obedeceu ao definido na legislação para efeito de contratação pública e foi também sujeita à aprovação da ERSAR.

No quadro a seguir apresentado pode analisar-se o resultado do controlo de qualidade da água no concelho no ano 2023, por zona de abastecimento, quer no que se refere ao cumprimento do número de análises a efetuar quer no que se refere ao cumprimento dos valores paramétricos definidos na legislação (última informação disponibilizada pela ERSAR).

Resumo do cumprimento do PCQA por Zona de Abastecimento (ZA)

Concelho		Montijo	Montijo	Montijo	Montijo	Montijo	Montijo	Montijo	Montijo	Montijo	Montijo
EG		SMAS de Montijo	SMAS de Montijo	SMAS de Montijo	SMAS de Montijo	SMAS de Montijo	SMAS de Montijo	SMAS de Montijo	SMAS de Montijo	SMAS de Montijo	SMAS de Montijo
ZA		Afonso	Canha	Faias	Montijo	Pau Queimado	Pegões	S. Gabriel	Santo Isidro de Pegões	Sarilhos Grandes	Taipadas
Pop. total abastecida (hab.)		1003	850	400	29249	13451	1136	38	757	2000	407
Volume distribuído (m³/dia)		163	193	106	7104	4315	523	35	172	241	36
CR1	% de análises realizadas em relação ao agendado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CR1	% de análises realizadas em relação ao regulamentar	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CR1	% de análises em cumprimento VP	100,00	100,00	91,67	99,31	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CR2	% de análises realizadas em relação ao agendado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CR2	% de análises realizadas em relação ao regulamentar	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CR2	% de análises em cumprimento VP	100,00	100,00	94,44	99,60	99,42	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CI	% de análises realizadas em relação ao agendado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CI	% de análises realizadas em relação ao regulamentar	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CI	% de análises em cumprimento VP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total	% de análises realizadas em relação ao agendado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total	% de análises realizadas em relação ao regulamentar	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total	% de análises em cumprimento VP	100,00	100,00	96,08	99,62	99,69	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
% de água segura		100,00	100,00	96,08	99,62	99,69	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Foi implementado durante o ano de 2024 a Monitorização Operacional definida para esse ano.

A monitorização operacional é o conjunto de ações que permitem verificar a eficácia das medidas de controlo dos riscos para a saúde humana, identificados em todo o sistema de abastecimento de água, desde a área envolvente da captação até à torneira do consumidor. Para tal, os SMAS, submetem o funcionamento de todo o sistema (captação, tratamento, adução, armazenamento e distribuição) a uma observação permanente e contínua, com vista a detetar e corrigir em tempo útil, as alterações que eventualmente ocorram na qualidade da água. Esta monitorização consiste na recolha e análises de amostras discretas de água, medições registadas mediante um processo de monitorização contínua,

inspeções de registos do estado de funcionalidade de equipamento e inspeções da área envolvente das infraestruturas de captação, tratamento, armazenamento e rede de distribuição.

O procedimento de limpeza e higienização de reservatórios é um requisito importante como medida preventiva que se encontra incluído no Programa de Monitorização Operacional no sentido de preservar as respetivas redes e reduzir potenciais riscos de contaminação.

Os reservatórios de armazenamento de água de redes públicas desempenham uma função vital no abastecimento de água para consumo humano devendo ser mantida a sua integridade estrutural e sanitária. Estas infraestruturas devem estar em boas condições no decorrer das suas funções, para não comprometerem a qualidade da água. A adoção de práticas corretas de operação e manutenção dos reservatórios é condição necessária para garantir uma água segura nas suas características físicas, químicas e microbiológicas.

O processo de inspeção, limpeza e higienização de reservatórios é fundamental na gestão da qualidade da água, uma vez que a superfície de um reservatório em serviço encontra-se em contacto com a água tratada. Este contacto poderá dar origem à formação de uma camada biológica, designada biofilme, resultante da presença de materiais húmicos não biodegradáveis, microrganismos e deposição de sedimentos no fundo do reservatório.

Além da contaminação da água devida ao biofilme formado nas superfícies do reservatório também devem ser considerados outros fatores de contaminação da água, como:

- A contaminação por microrganismos patogénicos (por exemplo, *Escherichia coli*), que pode acontecer quando os reservatórios não estão totalmente selados, e, portanto, estão expostos a vetores contaminantes externos, tais como insetos, aves e vermes, com potenciais impactos na saúde dos consumidores;
- A acumulação de sedimentos, que pode aumentar a necessidade de desinfetante, uma vez que pode potenciar o desenvolvimento microbiano, a formação de subprodutos e aumentar a turvação da água;
- A formação de subprodutos (por exemplo, trihalometanos), que poderá ocorrer dependendo da matéria orgânica presente, do tipo e quantidade de desinfetante utilizado, do volume de água e do tempo de permanência da mesma no reservatório;
- A introdução deliberada de substâncias perigosas para a saúde humana, que poderá ocorrer quando os reservatórios não estão totalmente seguros contra o vandalismo;
- Os longos períodos de permanência da água nos reservatórios, que podem potenciar a migração de substâncias perigosas dos materiais em contacto com a água.

Desta forma, a inspeção, limpeza e higienização periódica dos reservatórios é imprescindível na garantia da potabilidade da água, sem alteração das suas características ao longo da rede de adução e distribuição.

Os reservatórios devem ser sujeitos a ações regulares de higienização, com uma periodicidade adequada às características do sistema de abastecimento da água, seja público ou predial. Nos sistemas de abastecimento público de água é usual estabelecer-se uma periodicidade anual para a limpeza e higienização dos reservatórios, contudo esta pode ser mais apertada ou alargada em função das características de qualidade da água, do tipo de reservatório e seu estado de conservação.

Com a implementação da monitorização operacional há uma maior garantia da qualidade da água, já que se procede a ações de controlo complementares com resultados imediatos, permitindo uma eventual atuação corretiva mais rápida e eficaz. Neste âmbito foram realizadas análises em reservatórios, captações e pontos sensíveis da rede de abastecimento, num total de cerca de 1900 parâmetros controlados.

4.3.2. Avaliação da Qualidade de Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento

A avaliação da qualidade do serviço promovida pela ERSAR, assenta na implementação de um sistema constituído por um conjunto de indicadores de qualidade do serviço, bem como por informação de apoio à interpretação dos resultados, composta pelo perfil da entidade gestora, pelo perfil do sistema, por outros fatores de contexto não incluídos nos perfis referidos e pelos dados de base que alimentam esta informação.

Constitui uma obrigatoriedade dos SMAS, como entidade gestora o reporte anual dos dados que permitem classificar em cada indicador o seu desempenho.

Nos quadros abaixo apresenta-se a avaliação de qualidade de serviço de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas para os SMAS Montijo, referentes ao ano 2023 (últimos dados disponíveis, Fonte ERSAR).

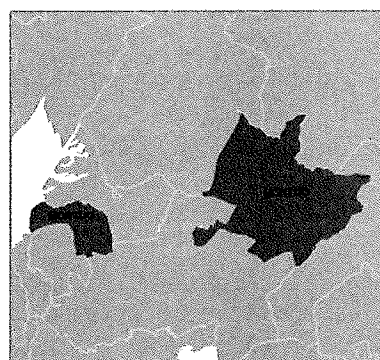
Entidade Gestora:

SMAS de Montijo
Av. dos Pescadores, 2870-114 MONTIJO
Tel. + 351 212 327 768, Fax + 351 212 327 708, E-mail smas.montijo@mun-montijo.pt



Perfil da entidade gestora:

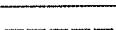
Modelo de gestão	Gestão direta (serviço municipalizado ou intermunicipalizado)
Entidade titular	CM de Montijo
Composição acionista	NA
Período de vigência do contrato	NA
Tipo de serviço	Em baixa
Utilizador do(s) sistema(s) em alta	NA
Entidades gestoras das quais importa água	NA
Entidades gestoras para as quais exporta água	NA
Junta de freguesia que presta o serviço	NA
Alojamentos servidos (n.º)	24437
Tipologia da área de intervenção	Área medianamente urbana
Volume de atividade (m³/ano)	2964261
Plano de contingência	Não
Plano de eficiência energética	Não
Plano de segurança da água	Não



Perfil do sistema de abastecimento de água:

Comprimento da rede (km)	347,0
Captações de água subterrânea (n.º)	17
Captações de água superficial (n.º)	0
Estações elevatórias (n.º)	0
Estações de tratamento de água (n.º)	0
Outras instalações de tratamento (n.º)	15
Postos de recloração (n.º)	0
Reservatórios (n.º)	13
Índice de conhecimento infraestrutural (em 200)	103
Índice de gestão patrimonial de infraestruturas (em 200)	0
Índice de medição de caudais (em 200)	110
Densidade de ramais (n.º de ramais/km de rede)	47
Capacidade de reserva de água tratada (dias)	0
Cumprimento do licenciamento das captações (%)	57
Índice de valor de infraestrutura (entre 0 e 1)	NR
Índice de segurança e resiliência (em 200)	8
Sazonalidade do abastecimento de água	NA
Emissão indireta de gases com efeito de estufa (kg CO ₂ e/m³)	0,09
Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)	NA
Benefício do tarifário social (%)	21
Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação telefónicos (%)	100
Ramais afetados por falhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais·ano)]	41

Ficha de avaliação da qualidade do serviço:

Indicador	Avaliação 2023	Valor do indicador (valor de referência)	Fiabilidade dos dados	Histórico 2019 - 2023	Observações
ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO AO UTILIZADOR					
AA 01 - Acessibilidade física do serviço		95 % [90, 100]	★		
AA 02 - Acessibilidade económica do serviço		0,21 % [0, 0,50]	★★★		
AA 03 - Ocorrência de falhas no abastecimento		1,2 /(1000 ramais/ano) [0,0, 1,0]	★		
AA 04 - Água segura		99,56 % [98,50, 100]	★★★		
AA 05 - Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos		100 % [100]	★★★		
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
AA 06 - Cobertura dos gastos		105 % [100, 110]	★★		
AA 07 - Adesão ao serviço		92,4 % [86,0, 100,0]	★		
AA 08 - Água não faturada		40,1 % [0,0, 20,0]	★★★		
AA 09 - Reabilitação de condutas		1,3 %/ano [1,5, 4,0]	★		
AA 10 - Ocorrência de avarias em condutas		33 /(100 km.ano) [0, 30]	★★		
AA 11 - Utilização da Infraestrutura de tratamento		NA [70, 90]			A entidade gestora não opera estações de tratamento de água.
AA 14 - Adequação dos recursos humanos no tratamento e na distribuição de água		3,7 /1000 ramais [2,0, 3,5]	★		
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
AA 15 - Perdas reais de água		195 l/(ramal.dia) [0, 100]	★		
AA 16 - Eficiência energética de instalações elevatórias		0,40 kWh/(m³.100m) [0,27, 0,43]	★		
AA 17 - Produção de lamas de tratamento		NA [0, 0,04]			A entidade gestora não opera estações de tratamento de água.
AA 18 - Produção própria de energia		0 % [>=10]	★★★		

Avaliação:  qualidade de serviço boa;  qualidade de serviço mediana;  qualidade de serviço insatisfatória;  alerta;  NA não aplicável;  NR não respondeu

Fiabilidade dos dados: ★ a menor fiabilidade e ★★★ a maior fiabilidade

Recomendações:

A entidade gestora deve promover um esforço de melhoria particularmente do(s) indicador(es) com avaliação Insatisfatória.
A entidade gestora deve adotar procedimentos para aumentar a fiabilidade da informação reportada.

Entidade Gestora:

SMAS de Montijo

Av. dos Pescadores, 2870-114 MONTIJO

Tel. + 351 212 327 768, Fax + 351 212 327 708, Email smas.montijo@mun-montijo.pt



Perfil da entidade gestora:

Modelo de gestão	Gestão direta (serviço municipalizado ou intermunicipalizado)
Entidade titular	CM de Montijo
Composição acionista	NA
Período de vigência do contrato	NA
Tipo de serviço	Em balcão
Utilizador do(s) sistema(s) em alta	SMARSUL, S.A.
Entidades gestoras para as quais exporta água residual	NA
Entidades gestoras das quais importa água residual	NA
Junta de freguesia que presta o serviço	NA
Entidade responsável pela gestão de soluções individuais de saneamento de águas residuais	Entidade gestora
Alojamentos servidos (n.º)	23538
Alojamentos servidos por soluções individuais de saneamento de águas residuais controladas (n.º)	775
Tipologia da área de intervenção	Área medianamente urbana
Volume de atividade (m³/ano)	3002329
Plano de ação para o controlo de afluências indevidas	Não
Plano de contingência	Não
Plano de eficiência energética	Não
Plano de segurança de saneamento	Não



Perfil do sistema de gestão de águas residuais:

Comprimento total de coletores (km)	156,4
Estações elevatórias (n.º)	4
Estações de tratamento de águas residuais (n.º)	0
Fossas sépticas coletivas (n.º)	0
Emissários submarinos (n.º)	0
Índice de conhecimento infraestrutural (em 200)	47
Índice de gestão patrimonial de infraestruturas (em 200)	0
Índice de medição de caudais (em 200)	0
Licenciamento de descargas (%)	NA
Índice de valor de infraestrutura (entre 0 e 1)	NR
Índice de segurança e resiliência (em 200)	8
Sazonalidade das afluências	NA
Emissão indireta de gases com efeito de estufa (kg CO ₂ e/m³)	0,00
Acessibilidade física ao tratamento (%)	98
Consumo de energia no tratamento (kWh/m³)	NA
Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)	NA
Benefício do tarifário social (%)	22
Utilização de volumes planeados (%)	109
Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação telefónicos (%)	100

Ficha de avaliação da qualidade do serviço:

Indicador	Avaliação 2023	Valor do Indicador (valor de referência)	Fiabilidade dos dados	Histórico 2019 - 2023	Observações
ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO AO UTILIZADOR					
AR 02 - Acessibilidade física do serviço através de redes fixas e meios móveis	☹	87 % (82, 100)	★	=====	
AR 03 - Acessibilidade económica do serviço	☹	0,26 % (0, 0,93)	★★★	=====	
AR 04 - Ocorrência de Inundações	☹	0,00 /(1000 habitantes/ano) (0, 0,25)	★★★	=====	
AR 05 - Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos	☹	100 % 100	★	=====	
SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO DO SERVIÇO					
AR 06 - Cobertura dos gastos	☹	90 % (100, 100)	★★	=====	
AR 08 - Adesão ao serviço por rede fixa	☹	100,0 % (95,0, 95,0)	★	=====	
AR 09 - Reabilitação de coletores	☹	0,2 %/ano (1,5, 4,0)	★	=====	
AR 10 - Ocorrência de colapsos estruturais em coletores	☹	0,0 /(100 km.ano) 0,0	★	=====	
AR 11 - Monitorização da condição de coletores	☹	1 % >=75	★	=====	
AR 12 - Utilização da infraestrutura de tratamento	=====	NA (70, 99)		=====	A entidade gestora não opera estações de tratamento de águas residuais.
AR 14 - Adequação dos recursos humanos no tratamento de águas residuais	=====	NA (2, 1, 3,2)		=====	A entidade gestora não opera estações de tratamento de águas residuais que sirvam uma população equivalente igual ou superior a 2000 eqp.
AR 15 - Adequação dos recursos humanos na recolha e drenagem de águas residuais	☹	24,4 /(100 km.ano) (5,0, 11,0)	★	=====	
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL					
AR 16 - Eficiência energética de instalações eletrotécnicas	✗	NR (0,27, 0,54)		✗ ✗	Não foi evidenciada capacidade para o reporte dos dados de acordo com as especificações definidas.
AR 17 - Produção de lamas no tratamento	=====	NA (0,0, 0,0)		=====	A entidade gestora não opera estações de tratamento de águas residuais.
AR 18 - Produção de água para reutilização	=====	NA (20,0, 100,0)		=====	A entidade gestora não opera estações de tratamento de águas residuais.
AR 19 - Produção própria de energia	☹	0 % >=10	★★★	=====	
AR 20 - Controlo de descargas de emergência e de tempestade	=====	NA (0,0, 100)		=====	A entidade gestora informa não ter descargas/estufas nas estações eletrotécnicas.
AR 21 - Cumprimento dos requisitos de descarga	=====	NA 100		=====	A entidade gestora não opera instalações de tratamento de águas residuais.

Avaliação: ☹ qualidade do serviço boa; ☹ qualidade do serviço mediana; ☹ qualidade do serviço insatisfatória; ⚠ alerta; ===== NA não aplicável; ✗ NR não respondeu

Fiabilidade dos dados: ★ a menor fiabilidade e ★★★ a maior fiabilidade

Recomendações:

A entidade gestora deve promover um esforço de melhoria particularmente do(s) indicador(es) com avaliação insatisfatória.
A entidade gestora deve criar condições para melhorar a recolha da informação necessária ao cálculo dos indicadores.
A entidade gestora deve adotar procedimentos para aumentar a fiabilidade da informação reportada.

4.3.3. Títulos de Utilização de Recursos Hídricos

Nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual, a captação de água, qualquer que seja a sua titularidade, está sujeita à prévia emissão do respetivo título de utilização dos recursos hídricos. Tratando-se de águas públicas destinadas ao abastecimento público, está sujeita a prévia concessão, conforme consta da alínea a) do artigo 61.º da referida lei, e a prévia autorização, tratando-se de águas particulares (alínea c) do n.º 1 do artigo 62.º da mesma lei). A emissão do título de utilização destinado à captação para abastecimento público pressupõe a prévia delimitação do respetivo perímetro de proteção, de acordo com o definido no n.º 4 do artigo 43.º do Decreto-lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual. No caso de novas captações subterrâneas, deve ser feito o pedido de pesquisa, nos termos previstos no artigo 41.º do Decreto-lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual, devendo ser apresentados os elementos previstos na Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro, incluindo cópia de documento comprovativo de que o requerente é proprietário do imóvel ou se encontra habilitado com título que confira o direito à sua utilização. Após a construção da captação e previamente à sua exploração devem ser apresentados o relatório de pesquisa, a proposta de delimitação dos perímetros de proteção, bem como os elementos previstos na Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro, para a fase de exploração. De acordo com o disposto no artigo 14.º do Decreto-lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual, é da responsabilidade do utilizador dos recursos hídricos, qualquer que seja a sua natureza e forma jurídica, a apresentação do respetivo pedido de utilização nos termos anteriormente referidos.

Os perímetros de proteção das captações de abastecimento público do Concelho de Montijo, encontram-se publicados na Portaria n.º 220/2014, de 22 de outubro, que tem vindo a ser alterada à medida que são construídas novas captações e delimitados/aprovados os novos perímetros de proteção.

A delimitação dos Perímetros de Proteção sua aprovação e publicação em portaria é uma das condições essenciais para a atribuição respetivo título de utilização.

Em 2024 foi possível resolver as questões relativas à titularidade dos terrenos onde se encontram construídas as captações dos Polos de Abastecimento de Canha, Sarilhos Grandes e Pau Queimado-Atalaia, tendo sido solicitado à APA – ARH do Tejo e Oeste, a emissão dos respetivos títulos de utilização para estes polos de abastecimento.

Em novembro de 2024 a APA atribuiu os títulos de utilização para as captações dos referidos Polos de Abastecimento, finalizando assim o processo de legalização para todas as captações de abastecimento público que se encontram atualmente em serviço.

4.3.4. Controlo da Qualidade de Águas Residuais

Conforme previsto no Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, e de modo a controlar a qualidade de água residual descarregada na rede pública de saneamento, estabelecimentos com atividade comercial e/ou industrial que venham a efetuar descargas de águas residuais na rede pública de saneamento, devem preencher o “Inquérito Técnico da Atividade Económica” que visa a apreciação de eventuais condições a estabelecer no âmbito da Autorização de descarga de águas residuais na rede pública de saneamento.

Após a apreciação do referido inquérito é elaborado o “Relatório de Apreciação da Autorização de Descarga de Águas Residuais Industriais”.

4.3.4.1. Autorização de Descargas de Águas Residuais

No ano de 2024, foi emitido um relatório de apreciação de autorização de descarga de águas residuais. Da apreciação do requerimento apresentado, pode ser estabelecido um programa de monitorização da qualidade de água residual descarregada na rede pública de saneamento que é estabelecido nos Termos de Autorização de Descarga de Águas Residuais Industriais na Rede Pública de Coletores, em que cada unidade comercial/industrial é responsável por enviar os resultados do processo de autocontrolo como prova do cumprimento das autorizações de carácter geral e específicas que lhe foram concedidas, com a frequência e intervalo indicado pelos SMAS.

No ano de 2024, foram monitorizadas as Autorizações de Descarga de Águas Residuais na Rede Pública de Coletores em vigor, tendo duas delas sido alvo de renovação e tendo sido emitida uma nova Licença de Descarga.

4.3.4.2. Sistemas de Águas Residuais Domésticas Sem Rede Pública de Saneamento

O Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, prevê que, em pequenos aglomerados populacionais onde as soluções convencionais de engenharia aplicadas aos sistemas de drenagem de águas residuais se tornem economicamente inviáveis, pode adotar -se, em alternativa, sistemas simplificados de drenagem e tratamento públicos, tais como, fossas sépticas seguidas de sistemas de infiltração adequados e complementados com outras soluções técnicas.

De modo a minimizar os impactes ambientais com eventuais contaminações por efluentes domésticos originados nas áreas onde não existe disponibilidade de rede pública de saneamento, e não dispondo os SMAS de Montijo de meios técnicos e humanos para a prestação do serviço de limpeza de fossas por administração direta, esse serviço é contratado a empresas externas, quer na zona oeste, quer na zona este do concelho.

4.3.4.3. Gestão de Limpeza de Fossas

A gestão do serviço de limpeza de fossas, inclui um procedimento que permite que águas residuais domésticas produzidas sejam encaminhadas para a rede pública de saneamento. Os pedidos de limpeza de fossa podem ser realizados, mediante:

- Preenchimento do respetivo impresso, disponível no balcão de atendimento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Montijo;
- Enviando um e-mail para smas.fossas@mun-montijo.pt ;
- Registo no Portal dos Serviços Online do Município de Montijo.
- Contacto telefónico, às segundas e quartas feiras entre as 9h:00m e as 12h:30m.

RELAÇÃO ENTRE CLIENTES, PEDIDOS, EFLUENTE RECOLHIDO

FREGUESIA	2024		
	N.º CLIENTES	N.º PEDIDOS	EFLUENTE RECOLHIDO (M³)
ZONA ESTE	269	1.333	13.825
ZONA OESTE	537	2.430	18.743
TOTAL	806	3.763	32.568

Durante o ano de 2024, em média por semana, foram registados cerca de 71 pedidos de limpeza de fossa, sendo que 65% correspondem à zona oeste e 35% à zona este do concelho do Montijo.

Os efluentes domésticos recolhidos pela empresa prestadora do serviço de limpeza de fossas são posteriormente encaminhados através de pontos de descarga na rede pública de saneamento para as ETAR de Seixalinho, de Afonsoeiro, de Santo Isidro de Pegões, de Pegões, de Taipadas e de Canha, cuja exploração está a cargo da entidade gestora em alta, a SIMARSUL.

4.3.4.4. Ocorrências na Rede Pública de Saneamento devido a Estabelecimentos Comerciais /Industriais de Limpeza de Fossas

Sempre que se detetam ocorrências na rede pública de saneamento, é efetuada uma visita ao local por forma a encetar os trâmites necessários para colmatar a situação. Os estabelecimentos comerciais/industriais visados recebem uma visita técnica para averiguar as descargas efetuadas e os cumprimentos necessários do Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

Em 2024, foram notificados 2 estabelecimentos comerciais para que procedam em conformidade com o Regulamento Municipal relativamente à separação de gorduras e descarga das respetivas águas residuais na rede pública de saneamento.

4.4. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS

4.4.1. Exploração da Rede de Água

4.4.1.1. Trabalhos Executados

No decurso do ano de 2024, e no âmbito das competências da Unidade Orgânica da Rede de Água Drenagem e Águas Residuais e Pluviais, salientam-se os seguintes trabalhos executados pelo Serviço de Exploração de Água, de forma a melhorar e satisfazer as necessidades dos munícipes:

- Construção de Ramais de Água – 89
- Tamponamento/Eliminação de Ramais
- Reparação/Substituição/Desvio de Ramais

- Reparação/Substituição/Ligação de Condutas
- Substituição e/ou Reparação de Válvulas de Seccionamento
- Substituição e/ou Reparação de Bocas de Incêndio
- Substituição e/ou Reparação de Bocas de Rega
- Ampliações da Rede de Água
- Medições de Pressão de Água
- Descargas na Rede de Água
- Fecho/Reparação Sistemas de Rega
- Outros Serviços

De um modo geral foi assegurado o cumprimento do contratualizado com os SMAS em termos de ramais de água, para além do acompanhamento contínuo do funcionamento das redes de abastecimento de água, assegurando a sua manutenção e reparação em situações de ruturas.

Este acompanhamento em regime de continuidade é assegurado em regime de turnos diários por três equipas, chefiadas em cada turno por um Encarregado.

4.4.1.2. Intervenções na Rede de Abastecimento de Água

INTERVENÇÕES QUE ORIGINARAM CORTE DE ÁGUA

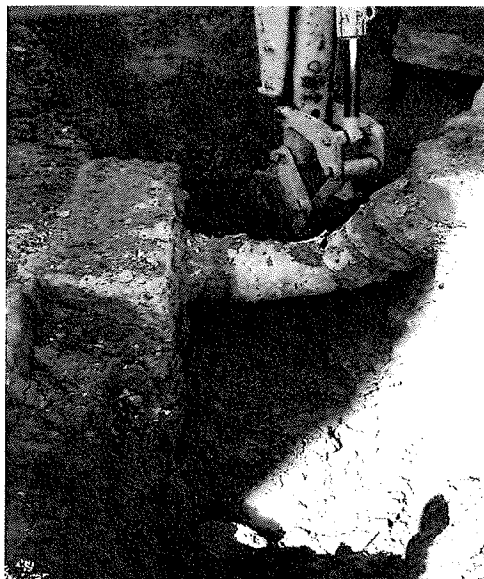
FREGUESIAS	Nº DE AVARIAS	
	2023	2024
União de Freguesias Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia	19	11
Canha	12	3
União de Freguesias Montijo e Afonsoeiro	92	146
União de Freguesias de Pegões	25	14
Sarilhos Grandes	17	23
TOTAL	165	197

Numa rede de abastecimento o número de avarias poderá variar bastante de ano para ano.

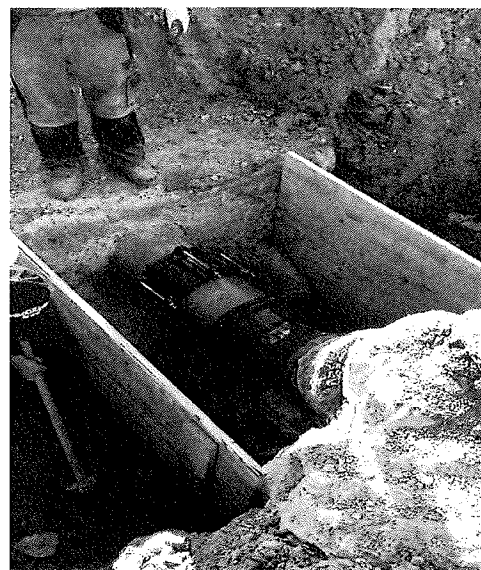
A idade da rede é uma das razões que poderá conduzir a um aumento de avarias verificadas.

Um maior controlo no registo das diárias permite contabilizar de forma mais rigorosa os vários tipos de trabalhos das equipas.

Nas avarias da rede de água estiveram envolvidas três equipas de turno constituídas por seis trabalhadores cada e chefiados por dois Encarregados Operacionais.



Abertura de vala para identificação de avaria numa adutora.



Reparação de rutura em adutora

4.4.2. Exploração da Rede de Saneamento

Na reparação das avarias verificadas nas redes e nas rotinas diárias estiveram envolvidas três equipas de turno constituídas por seis trabalhadores e chefiadas por dois Encarregados de modo rotativo em regime de continuidade.

Durante o ano de 2024 foram executados 33 Ramais de Saneamento.

O setor responsável pela exploração e manutenção dos sistemas de drenagem de águas residuais e de águas pluviais leva a efeito diversos serviços de manutenção, como:

- Verificação diária de caixas de visita no concelho;
- Aplicação e limpeza de grelhas e sumidouros;
- Manutenção das Estações Elevatórias;
- Controle e Manutenção das comportas da Bacia de Retenção/ Espelho de Água;
- Reposição de calçada, pavês e lancil;
- Desentupimentos diversos;
- Substituição de tampas de caixas e/ou alteamento tampas;
- Reparação de coletores.,

CONSTRUÇÃO/REPOSIÇÃO DE PAVÊS/LANCIL/CALÇADA NO CONCELHO

	2023	2024
Pavês, Lancil e Calçada	1.583m ³	1.123m ²

4.5. SERVIÇO DE ESTAÇÕES DE CAPTAÇÃO E ELETROMECCÂNICA

Neste Setor foram desenvolvidas, entre outras, as seguintes atividades na prossecução do objetivo de melhoria contínua na gestão e rentabilização de meios humanos e técnicos, ao serviço da população:

- Controlo de recolha de amostras para análise da qualidade de água e execução do PCO, complementar do PCQA;
- Controlo operacional da água distribuída, com a realização e monitorização de descargas pontuais na rede de distribuição e em pontos críticos desta, designadamente, em fins de rede e zonas sinalizadas em sede de reclamações;
- Controlo dos níveis dos reservatórios;
- Controlo dos volumes extraídos dos furos;
- Controlo das horas de bombagem;
- Controlo dos teores de Cloro e de PH;
- Registo de consumos de energia, permitindo a otimização dos equipamentos elétricos, com um maior grau de eficiência energética e consequentemente, um menor custo;
- Manutenção de furos e reservatórios;
- Televigilância do estado de funcionamento dos diversos polos de captação e distribuição de água e deteção de ruturas;
- Controlo entre volumes captados e volumes faturados, procurando-se a redução de perdas na rede de distribuição, com a canalização do bem essencial – Água, ao efetivo consumo e inerente faturação, evitando-se desperdícios com vista à sustentação saudável do meio ambiente.

4.5.1. Volume de Água Extraída

Toda a origem de água que abastece o Concelho de Montijo é captada no aquífero da Bacia Tejo – Sado, através de furos de captação com profundidades de cerca de 300 metros.

VOLUME DE ÁGUA EXTRAÍDA EM 2023 E 2024

SISTEMA	VOLUMES CAPTADOS (M3)		DIFERENCIAL	
	2023	2024	m ³	%
Afonso	48.226	58.913	-965	-1,61%
Canha	41.498	67.080	3.404	5,35%
Faia	33.047	25.388	1.645	6,93%
Montijo	2.519.563	2.783.414	-8.683	-0,31%
Pegões	187.172	213.007	16.218	8,24%
Pau Queimado/Atalaia	1.614.624	1.609.590	57.060	3,68%
Sarilhos Grandes	53.032	105.218	-5.606	-5,06%
Santo Isidro	70.235	90.002	5.645	6,69%
Taipadas	75.112	22.924	-45.956	-66,72%
TOTAL	4.642.509	4.975.536	22.762	0,46%

Embora se verifique um acentuado diferencial em alguns sistemas, o valor total teve um acréscimo relativo ao ano 2023, de 22.762 m³, que representa 0,46%.

VOLUMES MENSAIS CAPTADOS POR SISTEMA (m³)

Sistema/Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Afonso	4.214	3.994	4.220	4.945	5.239	5.000	6.021	6.328	5.372	4.397	4.900	4.283	58.913
Canha	5.720	5.850	5.460	5.850	6.240	6.370	7.410	8.970	6.760	8.450	0	0	67.080
Faixas	1.291	1.196	1.397	1.951	2.585	2.187	3.252	2.549	3.476	2.119	1.871	1.514	25.388
Montijo	221.129	198.904	209.363	227.176	244.117	284.867	304.484	270.519	242.488	205.639	189.207	185.521	2.783.414
Pegões	12.455	10.706	11.660	12.349	16.377	20.246	23.320	26.341	24.221	17.702	18.868	18.762	213.007
Pau Queimado / Atalaia	117.417	106.221	109.416	118.179	131.298	155.664	170.598	178.563	152.691	123.933	125.253	120.357	1.609.590
Sarilhos Grandes	8.250	7.250	7.650	9.150	8.800	9.100	10.320	10.224	8.928	7.850	8.960	8.736	105.218
Santo Isidro	3.456	3.267	3.753	5.535	7.136	11.286	12.582	13.026	10.539	6.552	6.422	6.448	90.002
Taipadas	3.840	2.520	0	0	0	0	0	0	0	2.132	7.380	7.052	22.924
TOTAL	377.772	339.908	352.919	385.135	421.792	494.720	537.987	516.520	454.475	378.774	362.861	352.673	4.975.536

HORAS DE FUNCIONAMENTO POR SISTEMA (h)

Sistema/Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Afonso	4.214	3.994	4.220	4.945	5.239	5.000	6.021	6.328	5.372	4.397	4.900	4.283	58.913
Canha	5.720	5.850	5.460	5.850	6.240	6.370	7.410	8.970	6.760	8.450	0	0	67.080
Faixas	1.291	1.196	1.397	1.951	2.585	2.187	3.252	2.549	3.476	2.119	1.871	1.514	25.388
Montijo	221.129	198.904	209.363	227.176	244.117	284.867	304.484	270.519	242.488	205.639	189.207	185.521	2.783.414
Pegões	12.455	10.706	11.660	12.349	16.377	20.246	23.320	26.341	24.221	17.702	18.868	18.762	213.007
Pau Queimado / Atalaia	117.417	106.221	109.416	118.179	131.298	155.664	170.598	178.563	152.691	123.933	125.253	120.357	1.609.590
Sarilhos Grandes	8.250	7.250	7.650	9.150	8.800	9.100	10.320	10.224	8.928	7.850	8.960	8.736	105.218
Santo Isidro	3.456	3.267	3.753	5.535	7.136	11.286	12.582	13.026	10.539	6.552	6.422	6.448	90.002
Taipadas	3.840	2.520	0	0	0	0	0	0	0	2.132	7.380	7.052	22.924
TOTAL	377.772	339.908	352.919	385.135	421.792	494.720	537.987	516.520	454.475	378.774	362.861	352.673	4.975.536

ENERGIA POR SISTEMA (KWh)

Sistema/Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Afonso	2.781	2.662	2.824	3.291	3.459	3.295	3.951	4.110	3.512	2.933	3.252	2.882	38.952
Canha	3.276	3.478	3.205	3.376	3.668	3.668	4.259	5.002	3.739	2.881	153	151	36.856
Faias	1.445	1.308	1.523	2.073	2.712	2.299	2.826	3.252	3.674	2.264	1.958	1.623	26.957
Montijo	85.541	69.415	74.601	81.646	94.255	107.629	122.988	103.867	58.544	125.022	80.696	68.313	1.072.517
Pegões	7.325	6.318	6.843	7.253	9.575	11.767	13.430	15.090	13.860	10.274	10.997	10.912	123.644
Pau Queimado / Atalaia	54.722	49.526	39.155	67.288	61.062	72.240	78.651	82.401	71.091	58.149	58.874	56.530	749.689
Sarilhos Grandes	3.812	3.386	3.566	4.250	4.096	4.267	4.990	4.909	4.370	3.802	3.918	3.830	49.196
Santo Isidro	1.951	1.881	2.115	3.107	3.976	6.074	6.713	7.113	5.795	3.689	3.667	3.691	49.772
Taipadas	2.350	1.532	65	62	61	65	61	63	407	525	3.163	2.979	11.333
TOTAL	163.203	139.506	133.897	172.346	182.864	211.304	237.869	225.807	164.992	209.539	166.678	150.911	2.158.916

Como seria expectável constata-se que é durante o período de Verão que o número de horas de bombagem aumenta em função da maior solicitação do consumo.

Verifica-se igualmente que os maiores períodos de bombagem estão associados aos Sistemas de Montijo e Pau Queimado/Atalaia.

4.6. SERVIÇO DE GESTÃO DE FROTA

4.6.1. Constituição

No ano de 2024 fizeram parte da frota dos Serviços Municipalizados de Montijo 19 viaturas.

VIATURAS

Matrícula	Marca	Ano	Manutenção (€)	Combustível (€)
Viaturas Ligeiras				
92-86-OE	Citroen Saxo	1999	1.393,87	523,90
22-55-PM	Nissan Pick Up	2000	1.445,64	3.077,47
69-47-PV	Renault Clio	2000	1.733,97	2.417,54
38-98-QI	Nissan Cabstar	2000	591,24	1.382,40
27-61-QV	Nissan Cabstar	2000	1.044,99	1.907,42
74-17-SN	Opel Corsa	2001	1.478,33	565,20
89-91-VJ	Nissan Cabstar	2003	3.424,88	1.996,81
85-FR-12	Opel Combo	2008	2394,93	515,52
40-NE-50	Toyota Dyna	2012	1.624,26	2.744,79
*AH-15-XQ	Seat Arona	2021	0	363,89
*AH-01-XQ	Seat Arona	2021	0	400,00
*75-ZQ-28	Mitsubishi	2019	0	2.867,61
83-ZH-45	Opel Movano	2019	1.788,49	3.853,52
*10-XG-14	Citroen Berlingo	2019	777,91	0

*69-XO-64	Renault Kangoo	2019	0	1.865,69
*AO-11-QL	Peugeot Partner	2022	0	1.380,30
*07-ZZ-15	Fiat Doblo	2020	17,00	1.133,91
Máquinas				
22-NM-61	Retroescavadora JCB	2002	5.851,56	525,19
AA-34-QZ	Retroescavadora JCB	2020	6.028,59	4.323,56

*Viaturas adquiridas em “Renting”, valor total aluguer viaturas ano 2024: 27.215,47 €

MÁQUINAS

Nomes	Quantidade
Compactadoras de Calçada	1
Geradores	3
Cortador ‘Still’	1
Cortador Vibratório ‘Bomag’	1

GESTÃO DO PARQUE AUTO NOS ANOS 2023 E 2024 (€)

	2023	2024
Combustíveis	32.230	31.845
Manutenção	10.615	29.596
Seguros	5.581	5.848
Portagens	60	111
TOTAL	48.486	67.400

Comparando-se os custos parcelares respeitantes a cada componente despendidos em 2023 e 2024, pode concluir-se que:

- O custo de manutenção das viaturas foi superior em € 18.981,00 no ano de 2024, comparando com o ano de 2023.
- O custo com combustível foi inferior em € 385,00 no ano de 2024, comparando com o ano 2023.
- O custo com seguros das viaturas e custos com portagens no ano de 2024, registou pequenas diferenças em relação ao ano 2023.

No custo total global do Parque Auto verifica-se um acréscimo de € 18.914,00 em relação ao ano 2023, tendo-se percorrido na totalidade 194.056 Km.

Considerando a totalidade dos custos (€ 67.400,00) e os quilómetros percorridos (194.056 Km), conclui-se que o custo foi de € 0,347/Km em 2024, (aumento de € 0,1153/Km em relação ao ano de 2023).

SIGLAS

CGI – Consultant for Government and Industry
CMM – Câmara Municipal de Montijo
ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
LPQ, Lda. – Laboratório Pró-Qualidade, Lda.
PCO – Plano de Controlo Operacional
PCQA – Plano de Controlo da Qualidade da Água
ARH – Administração da Região Hidrográfica
PPI – Plano Plurianual de Investimentos
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade
SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, SA
SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento

